

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO CONSCIENTE:

Uma análise dos Beneficiários do programa bolsa
permanência do Instituto Três Rios/UFRRJ

GRAZIELE OLIVEIRA DA ROCHA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO CONSCIENTE: Uma análise dos Beneficiários do programa bolsa permanência do Instituto Três Rios/UFRRJ

GRAZIELE OLIVEIRA DA ROCHA

Orientação: Prof. Dr. Pablo Miranda
Guimarães

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Administração**.

Três Rios, RJ
Novembro, 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca
Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oe Oliveira da Rcoha, Grazielle, 1997-
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO CONSCIENTE: UMA
ANÁLISE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA
PERMANÊNCIA DO INSTITUTO TRÊS RIOS/UFRRJ / Grazielle
Oliveira da Rcoha. - Três Rios, 2023.
75 f.

Orientador: Pablo Miranda Guimaraes. Trabalho de
conclusão de curso(Graduação). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Administração, 2023.

1. Educação Financeira. 2. Assistência Estudantil.
3. Estudantes. I. Miranda Guimaraes, Pablo, 1987-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Administração III. Título.



CADASTRO Nº 685 / 2023 - DeptCAdmS (12.28.01.00.00.00.16)

Nº do Protocolo: 23083.081029/2023-10

Três Rios-RJ, 08 de dezembro de 2023.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO,
INSTITUTO DE DE TRÊS RIOS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO CONSCIENTE: UMA ANÁLISE DOS
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA DO INSTITUTO TRÊS
RIOS/UFRRJ**

GRAZIELE OLIVEIRA DA ROCHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração, Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Aprovada em 07/12/2023

Banca examinadora:

(Assinado digitalmente em 08/12/2023 16:59)
DAVI RIANI GOTARDELO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCAdmS (12.28.01.00.00.00.16)
Matrícula: 1766609

(Assinado digitalmente em 08/12/2023 18:30)
LILLIAN CHERRINE RODRIGUES
PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO
DeptCAdmS (12.28.01.00.00.00.16)
Matrícula: 1406315

(Assinado digitalmente em 11/12/2023 19:47)
PABLO MIRANDA GUIMARAES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCEE (12.28.01.00.00.00.17)
Matrícula: 1209223

(Assinado digitalmente em 08/12/2023 16:52)
ANTONIO AUGUSTO BRION CARDOSO
ASSINANTE EXTERNO


Dedico este presente trabalho ao meu amigo Gerson Arruda (In memoriam), que sempre me ensinou a nunca desistir dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me sustenta e me conduz além dos limites que eu poderia imaginar, pois somente Ele é digno. Portanto, dedico essa conquista a Ele.

Agradeço imensamente à minha mãe, Joselia de Souza Oliveira, e aos meus irmãos, Gabriel Oliveira da Rocha, Gabriele Oliveira da Rocha e Darci de Souza Junior. Muito obrigada, pois vocês me enchem de amor, coragem, caráter, fé e humildade. Todos esses exemplos moldaram a pessoa que sou, e esta vitória é dedicada a vocês.

Aos meus incríveis e melhores amigos que a universidade e a cidade de Três Rios poderiam ter me dado, Alex Mauricio, Ingrid Souza e Sofia Gama, com quem aprendi muito e vivi momentos de alegria, descontração, desafios e motivação. Sou profundamente grata pela sincera amizade que compartilhamos, pela torcida constante, pelos conselhos e por se tornarem uma segunda família para mim. Sem vocês, essa jornada não teria sido tão maravilhosa. Vocês são luz e sou abençoada por esse presente que a UFRRJ me deu que são vocês.

Um agradecimento especial à minha amiga Dra. Pamella Kessler de Campos. O último ano de faculdade foi extremamente desafiador, e você esteve ao meu lado até o fim. Isso nunca será esquecido, e desejo que Deus a fortaleça em seu caminho de sucesso. Obrigada por tudo.

Agradeço a todos os amigos que estiveram ao meu lado, tornando essa caminhada mais leve.

Agradeço ao meu namorado, Fabiano Rodrigues da Conceição Silva, por todo o apoio, por não medir esforços para me ajudar no último ano de faculdade, trazendo esperança nos momentos mais sombrios, acreditando em mim quando eu mesma já havia desacreditado, incentivando e lutando comigo. Sua presença foi fundamental nessa empreitada. Obrigada, meu amor.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Pablo Miranda Guimarães, por aceitar me guiar nesse desafio de maneira tão benéfica e importante. Obrigada por todos os ensinamentos e dedicação, por compreender minhas limitações e orientar com sabedoria. Este sonho se tornou realidade com sua ajuda. Muito obrigada!

RESUMO

Para que os indivíduos possam fazer escolhas conscientes e gerenciar suas finanças da melhor forma, é necessário investir na educação financeira. Entretanto, estudos apontam para a complexidade da educação financeira, que passa principalmente por diversas variáveis socioeconômicas. Assim, o objetivo deste trabalho é observar o perfil dos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil graduandos do curso de Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Três Rios, no contexto do conhecimento de educação financeira e práticas de consumo. Para tanto, realizou-se pesquisa exploratória, bibliográfica e análise de dados com abordagem qualitativo-quantitativa aplicada a 55 estudantes beneficiários do Programa Bolsa Permanência para verificar o nível de educação financeira dos discentes, ressaltar a importância da educação financeira para a gestão dos recursos próprios e avaliar a eficácia da educação financeira no desenvolvimento do consumo consciente. O questionário da pesquisa possui um total de trinta perguntas, que abordam o perfil dos estudantes, educação financeira e consumo consciente. Essas informações foram importantes para entender o contexto na qual os alunos estão inseridos e como isso pode influenciar suas decisões financeiras. Como resultado geral, verificou-se com a presente pesquisa que 56,4% se encontram no nível baixo confirmando que os estudantes universitários possuem um nível de conhecimento financeiro baixo. Em relação ao consumo consciente, mais de 80% dos respondentes declaram realizar compras conforme necessidade e planejamento e que planejam sempre ou quase sempre as compras e afirmam que antes de fazer uma compra, sempre ou quase sempre refletem sobre a necessidade de adquirir o bem. No entanto, a efetivação desta intenção está condicionada ao valor financeiro relacionado à compra. Portanto, embora haja uma preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade, ainda há espaço para melhorias na compreensão da importância do consumo consciente para uma tomada de decisão assertiva sobre o uso consciente do dinheiro.

Palavras-chave: Educação Financeira, Assistência Estudantil, Universidade, Estudantes

ABSTRACT

In order for individuals to make conscious choices and manage their finances effectively, it is necessary to invest in financial education. However, studies indicate the complexity of financial education, which is mainly influenced by various socioeconomic variables. Thus, the objective of this work is to observe the profile of students benefiting from Student Assistance in the Administration course at the Federal Rural University of Rio de Janeiro - Instituto Três Rios, in the context of financial education knowledge and consumption practices. To achieve this, an exploratory, bibliographic research and data analysis with a qualitative-quantitative approach were conducted on 55 students benefiting from the Permanence Grant Program to assess the students' level of financial education, emphasize the importance of financial education for managing personal resources, and evaluate the effectiveness of financial education in developing conscious consumption. The research questionnaire consists of thirty questions addressing students' profiles, financial education, and conscious consumption. This information was crucial to understand the context in which students are immersed and how it can influence their financial decisions. As a general result, the present research found that 56.4% are at a low level, confirming that university students have a low level of financial knowledge. Regarding conscious consumption, over 80% of respondents declare making purchases based on necessity and planning, stating that they always or almost always plan their purchases and reflect on the need to acquire a good before making a purchase. However, the realization of this intention is conditioned by the financial value related to the purchase. Therefore, although there is concern for the environment and sustainability, there is still room for improvement in understanding the importance of conscious consumption for making informed decisions about the mindful use of money.

Keywords: Financial Education. Student Assistance. University. Students

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Faixa Etária	34
Gráfico 2- Gênero	35
Gráfico 3- recebimento do tipo de auxílio de cada aluno.	36
Gráfico 4- Renda média mensal dos respondentes	37
Gráfico 5- Nível de conhecimento financeiro	38
Gráfico 6- Recursos quanto às aplicações financeiras	39
Gráfico 7- Gasto do dinheiro por parte dos respondentes	40
Gráfico 8- O quanto da renda é poupado mensalmente	42
Gráfico 9- Despesas que consomem a maior parte da renda pessoal:	43
Gráfico 10- Percentual da renda destinado a pagar as compras a prazo:	46

LISTA DE ABREVIAMENTO E SIGLAS

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas
Sociais do Governo Federal

ENEF – Estratégia Nacional de Educação
Financeira

IES – Instituições de ensino superior

IFES – Institutos Federais de Ensino Superior

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OCDE – Organização para Cooperação e
Desenvolvimento Econômico

PNAES – Programa Nacional de Assistência
Estudantil

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	15
2.1. Objetivo Geral.....	15
2.2. Objetivos específicos:.....	16
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
3.1. Educação financeira e Alfabetização Financeira	17
3.2. Educação Financeira e Universitários	20
3.3. Vulnerabilidade Social e Assistência Estudantil	24
3.4. Consumismo e Consumo consciente	27
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	31
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
5.1. Perfil dos Indivíduos	34
5.2. Educação Financeira	38
5.3. Consumo consciente	46
5.4. ASSOCIAÇÃO ENTRE OS QUESITOS AVALIADOS	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE A – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE).....	64
APÊNDICE B – QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO UTILIZADAS NESTE ESTUDO.....	66

1 INTRODUÇÃO

Durante a recessão econômica global ocorrida em 2008, também denominada como a crise do subprime, diversas instituições financeiras nos Estados Unidos enfrentaram falências significativas. Estas instituições haviam concedido empréstimos imobiliários de alto risco, conhecidos como empréstimos subprime, a indivíduos com históricos de crédito desfavoráveis e capacidade financeira limitada para honrar suas dívidas. A inadimplência generalizada dos mutuários em relação às hipotecas contraídas resultou no colapso das entidades bancárias responsáveis por tais empréstimos. Esse evento desencadeou uma crise financeira de escala global, repercutindo em diversos países ao redor do mundo. Esse fato motivou um aumento nas discussões sobre o tema educação financeira. Esta iniciativa foi liderada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que estabeleceu a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE), com o objetivo de consolidar abordagens globais sobre este tema (INFE, 2017).

No contexto brasileiro, a conscientização sobre a educação financeira ganhou relevância como política pública a partir da promulgação do Decreto nº 7.397, datado de 22 de dezembro de 2010. Este decreto estabeleceu a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o propósito de coordenar esforços colaborativos e integrados entre instituições governamentais e organizações da sociedade civil, em âmbito federal, estadual e municipal ("Brasil", 2013).

Segundo Berverly e Burkhalter (2005), a educação financeira está naturalmente ligada ao conhecimento e às competências dos indivíduos no que diz respeito à gestão do dinheiro. Nesse sentido, no contexto brasileiro, a ausência de uma base educacional sólida em finanças para a maioria da população tem sido um dos fatores que contribuíram para o aumento do nível de endividamento no decorrer dos anos. Nesse contexto, observa-se que o endividamento familiar atingiu um nível elevado, o que indica a falta de preparo dos cidadãos do Brasil para enfrentar as mudanças ocorridas no cenário econômico, conforme relatado por Donadio, Silveira e Biancolino (2014).

No entanto, o desafio da falta de educação financeira entre adultos é igualmente válido para os mais jovens, abrangendo tanto estudantes do ensino médio,

quanto universitários (Chen e Volpe, 1998). Quando a atenção se volta para os jovens, torna-se evidente que a situação se torna ainda mais preocupante, influenciada por fatores como a falta de experiência na gestão financeira, o consumismo e a maior disponibilidade de crédito.

Dessa forma, a educação financeira no período da graduação torna-se essencial, pois juntamente com uma inserção mais efetiva e facilitada ao sistema financeiro, por meio de ferramentas de crédito, verifica-se a falta de perspectivas de consumo intertemporal, de forma que, a renda seja destinada para necessidades imediatas e pouco planejadas para períodos futuros (França, 2011).

Diante da necessidade de estabelecer um sólido conhecimento no meio estudantil a respeito de educação financeira, faz com que essa temática seja abordada o mais cedo possível. Isso ocorre devido à situação em que, ao decorrer do período de graduação, muitos alunos são contemplados por: iniciativas de auxílio financeiro (como bolsas de pesquisa, extensão, monitoria, entre outras), oportunidades de estágio com remuneração e programas de suporte estudantil. Segundo Moscom, Marafon e Santos (2016, p.409)

“Os programas de assistência estudantil são, atualmente, desenvolvidos em quase todas as instituições federais de ensino superior (IFES) e incorporam ações como: alimentação, moradia, assistência à saúde, creche, acessibilidade e apoio pedagógico”. (“Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)” 2013).

Com objetivos de igualdade social, visando minimizar as disparidades sociais existentes no sistema educacional, ações vêm sendo desenvolvidas, via Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Essas ações têm como perspectivas além do que somente a democratização do acesso, como também estabelecer meios de ampliar a continuidade acadêmica.

O Programa Nacional de Apoio ao Estudante (PNAES) é um dos principais paradigmas de destinação de recursos aos estudantes de graduação. O objetivo do PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, é melhorar a situação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no âmbito do ensino superior público federal.

Diante do histórico apresentado, pode-se argumentar que o nível superior no país não implica em alto índice de alfabetização financeira. Os estudantes são, portanto, também um segmento com forte tendência ao consumo, muitas vezes sem

preparo adequado para a administração das finanças pessoais. (Leite; Da Silva, 2021)

Essa realidade traz preocupação para o consumo consciente da sociedade, especialmente para estudantes do ensino superior. Messias, Silva e Silva (2015) conduziram uma pesquisa com uma amostragem de 50 universitários entre, 20 e 25 anos, para investigar o perfil desses jovens como consumidores, 74% afirmaram ter excedido o limite do cartão de crédito e a maioria deles (38%) declarou que o despreparo para tratar as finanças era o motivo. Para os autores, a educação financeira possui um papel fundamental na educação do indivíduo para o consumo consciente e seu equilíbrio financeiro durante o passar dos anos. (Messias, Silva e Silva, 2015).

Paralelamente à temática da gestão eficiente dos recursos financeiros, surge a questão da promoção de um consumo mais consciente. Nesse contexto, há uma consideração cuidadosa dos impactos ambientais decorrentes do consumo, com o intuito de evitar práticas que resultem em desperdício e minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente.

A educação financeira é fundamental para o consumo consciente, pois capacita os consumidores a tomar decisões informadas sobre o que comprar, levando em consideração os impactos ambientais e sociais. De acordo com o Instituto Akatu (2023), o consumo consciente é definido como a aquisição de produtos e serviços que atendam às necessidades básicas dos consumidores, sem prejudicar o meio ambiente.

A educação financeira, por sua vez, é o processo de aprendizagem sobre como administrar o dinheiro de forma consciente e responsável. Ela envolve o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes que permitem aos consumidores tomar decisões financeiras acertadas.

Este estudo visa, portanto, investigar as contribuições da Educação Financeira para os jovens beneficiários do programa de Assistência Estudantil, abrangendo uma introdução da consciência crítica sobre o consumo, isso inclui a capacidade de dirigir recursos pessoais, incluindo a atribuição de poderes destinados a esses fins.

A escolha do público-alvo desta pesquisa se justifica pela necessidade de avaliar e mensurar o nível de educação financeira dos estudantes beneficiários da assistência estudantil, que são em sua maioria de baixa renda e dependem desse programa para concluir seus estudos. Além disso, observa-se a inexistência de uma

cultura de ensino sobre planejamento e educação financeira no ambiente escolar e familiar desses estudantes. Dessa forma, a pesquisa se concentra nos discentes do curso de Administração da Universidade Pública de Ensino Superior, localizado na cidade de Três Rios- RJ, com o objetivo de verificar o nível de educação financeira desses estudantes, ressaltar a importância dessa educação para a gestão dos recursos próprios e avaliar sua eficácia no desenvolvimento do consumo consciente.

Com base nesta realidade, realiza-se o seguinte questionamento: os alunos que recebem benefícios de programas de Assistência Estudantil podem ser classificados como indivíduos com educação financeira?

Essa análise encontra-se respaldada pela necessidade de avaliar e mensurar o grau de conhecimento e compreensão que um indivíduo tem sobre finanças; como parte fundamental do procedimento de identificação e análise dos aspectos que precisam de atenção e melhorias.

Segundo a OCDE (2004, p.223), educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação precisas, possam desenvolver as competências e a confiança necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos financeiros de modo a fazer escolhas financeiras de melhor qualidade, a saber, onde procurar ajuda e a adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar financeiro". É relevante, sobretudo, porque a sociedade atual está focada no consumismo exagerado.

Portanto, de acordo com a OCDE (2004, p.223), torna-se imperativo disseminar a educação financeira de maneira abrangente, visando educar, alertar, conscientizar e proporcionar qualificação financeira a todos os indivíduos.

2 OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é observar o perfil dos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil graduandos do curso de Administração da Universidade Pública de Ensino Superior, localizado na cidade de Três Rios- RJ frente ao conhecimento de Educação financeira e seus hábitos de consumo.

2.2. Objetivos específicos:

- Verificar o nível de educação financeira dos discentes;
- Ressaltar a importância da educação financeira para a gestão dos recursos próprios, incluindo os provenientes da Assistência Estudantil;
- Analisar se a efetividade da educação financeira estabelece relações diretas desenvolvimento do consumo consciente.

O trabalho está organizado em três momentos, terminando com as considerações finais. O primeiro momento apresenta-se as bases teóricas de estudo, que descrevem as principais definições, abordagens e cenários relacionados à problemática da investigação. O segundo momento apresenta a metodologia aplicada no estudo. O terceiro momento apresenta o contexto geral do objeto de estudo, a análise e os resultados da pesquisa aplicada junto aos discentes do curso de Administração da Universidade Pública de Ensino Superior, localizado na cidade de Três Rios- RJ

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentam-se as bases teóricas de estudo, que descrevem as principais definições, abordagens e cenários relacionados à problemática da investigação. São tratadas as seguintes temáticas: educação financeira, educação financeira e universitários, a vulnerabilidade social e assistência estudantil, e o consumismo e consumo consciente.

3.1. Educação financeira e Alfabetização Financeira

O tema da educação financeira é objeto de interesse para entidades governamentais, instituições financeiras, organizações não governamentais e instituições acadêmicas. Por definição, a educação financeira é:

“À habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de vida, por isso, é compreendida como as competências adquiridas pelos indivíduos para compreender os conceitos financeiros básicos e para saber como e onde encontrar as informações apropriadas, e como usá-las” (Hill, 2009, p. 25).

Segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em seu estudo ao nível internacional, o Financial Education Project, de 2004, o entendimento do que é Educação Financeira foi expresso nos seguintes termos:

Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, possam desenvolver as competências e a confiança necessárias para que se tornem mais conscientes das oportunidades e riscos financeiros de modo a fazer escolhas financeiras de melhor qualidade, a saber, onde procurar ajuda e a adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar financeiro (OCDE, 2004, p.223).

Mandell (2007, p. 163-164) define a educação financeira sendo a habilidade de compreender e avaliar produtos financeiros novos e complexos, permitindo que tome decisões controladas e informadas sobre esses produtos, “julgamentos bem informados tanto na escolha desses instrumentos financeiros como na dimensão de seu uso, visando seus melhores interesses de longo prazo”. Lusardi e Mitchell (2007) caracteriza-se a educação financeira pelo fato de o indivíduo estar familiarizado com a maioria dos fundamentos básicos necessários para decisões acertadas

relacionadas a poupança e investimento.

No estudo seguinte de Lusardi (2008), acrescenta-se conceitos econômico-financeiros básicos adicionados à definição de educação financeira, o modo de funcionamento dos juros compostos, contraste entre valor nominal e valor real (vivido) e conhecimentos básicos sobre variedade de riscos.

Além disso, Lusardi e Tufano (2009) alegam que a educação financeira das pessoas está associada às suas decisões financeiras relacionadas à poupança, planejamento de aposentadoria e carteiras de investimentos.

Lusardi e Mitchell (2007) definem educação financeira como o conhecimento de um indivíduo sobre a maioria dos conceitos básicos necessários para tomar decisões sólidas sobre economia e investimento.

Criddle (2006) destaca que as habilidades de educação financeira vão além de simplesmente consultar extratos bancários ou formular planos orçamentários com foco na poupança de duração prolongada. Uma definição de educação financeira do autor inclui aprender a escolher entre várias alternativas para definir metas financeiras e refletir sobre seus valores no tocante ao dinheiro.

A educação financeira também é identificada como alfabetização financeira ou literacia financeira, termo novo em português derivado do termo inglês "literacy". Vitt *et al* (2000) definem a literacia financeira como a capacidade de um indivíduo obter, perceber e avaliar informações relevantes para tomar decisões conscientes sobre finanças, considerando as possíveis consequências. Para os autores a literacia financeira não é apenas o resultado dos anos de escolaridade, mas sim um conjunto de capacidades, conhecimentos e estratégias adquiridos ao longo da vida em diferentes contextos e interações com a comunidade.

Remund (2010) definiu a alfabetização financeira como um indicador do ponto de compreensão de um indivíduo sobre conceitos financeiros básicos e sua capacidade e confiança para organizar eficazmente suas finanças pessoais, incluindo tanto o processo de escolhas de curto prazo quanto o planejamento financeiro de longo prazo, mantendo-se alerta aos eventos em sua vida e adaptando-se para as mudanças das condições econômicas.

Anderloni e Vandone (2010) argumentam que um dos primordiais atributos da alfabetização financeira reside na sua capacidade de atuar como um mecanismo preventivo para minimizar a inadimplência. Isso se deve às circunstâncias de que a

alfabetização financeira amplia a compreensão dos indivíduos sobre suas finanças e os capacita a tomar decisões mais informadas.

A alfabetização financeira, é defendida por diferentes autores e a caracterizam como a compreensão fundamental e a habilidade de tomar decisões financeiras, especialmente ao contrair dívidas financeiras. E, nesta perspectiva, Lusardi e Tufano (2009) evidenciam que “as decisões financeiras relacionadas ao planejamento do futuro (poupança, aposentadoria) estão cada vez mais complexas e exigem dos indivíduos um nível de alfabetização financeira cada vez mais elevado”.

Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014) afirmam que educação financeira pode ser considerada uma ferramenta complementar às políticas públicas que visam melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos.

Por outro lado, Potrich, Vieira e Kirch (2014) definem que “a alfabetização financeira possui duas dimensões: o entendimento, que representa o conhecimento financeiro pessoal ou a educação financeira, e a sua utilização, ou seja, a aplicação de tais conhecimentos na gestão das finanças pessoais”. Assim, a alfabetização financeira trata-se do conjunto de conhecimentos financeiros que formarão a consciência necessária para a consolidação da plena educação financeira, constituindo, portanto, na “combinação da consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual”. (Potrich., 2014, p. 2).

Dessa forma, os dois termos são conceitualmente diferentes, como alfabetização financeira ou financial literacy, segundo Lopes *et al.* (2014, p. 56) enfatiza que “o termo alfabetização financeira é pouco conhecido e se diferencia de educação financeira, estes dois conceitos são divergentes e precisam ser esclarecidos para melhor compreensão e utilização por meio de pesquisas e programas educacionais.” Para Lopes *et al.* (2015), a alfabetização financeira é a capacidade de entender o significado dos números financeiros e usá-los para tomar decisões financeiras eficazes.

Assim, a educação financeira é um fator crucial na gestão da vida quotidiana de cada indivíduo, na vida coletiva da sociedade e no próprio desempenho económico das nações.

Neste sentido, o desafio enfrentado pelo brasileiro em administrar seu orçamento, suas dívidas e adquirir bens, além dos fatores estruturais, macro e

microeconômicos, colabora para a inadimplência e endividamento (Macedo Jr., 2007). Frente a essas restrições, as indicações sugerem que pessoas com um nível mais elevado de conhecimento tendem a adotar um comportamento financeiro mais responsável. (Lusardu, Mitchell, 2010; Franco, Costa, e Barros 2012).

Segundo Campos e Kistemann Junior (2015) após receberem suas receitas, estes indivíduos tendem a gastar antes de pensar como irão fazer a fim de quitar suas despesas pessoais, familiares e domésticas, tanto a curto como a médio e prolongados prazos. Com isso, esse segmento da sociedade administra suas finanças de forma desordenada, sem planejamento prévio, até mesmo para gastos essenciais como água, luz e aluguel. Portanto, a educação financeira é:

“Necessária para fundamentar e legitimar a tomada de decisão relativa a assuntos financeiros, mas não é suficiente, dado as influências emocionais que interferem no comportamento das pessoas em relação às finanças e que não podem ser erradicados pela educação” (Willis, 2009, p. 6).

De forma complementar, Santana (2014) indica que o conhecimento em finanças evita que o cidadão consuma desnecessariamente e caia nas armadilhas do financiamento, comprometendo e reduzindo parte de sua renda ao pagar juros com cartão de crédito, cheque especial, parcelamento, consignado e assim gerar dívida negativa. “Assim, o ato de consumir deve ser estabelecido de modo controlado, de modo que se estabeleça o consumo consciente, com sustentabilidade econômica e social, bem como com outros esforços necessários. ” (Wisniewski, 2011)

3.2. Educação Financeira e Universitários

Ao analisar o perfil de jovens adultos, observou-se que o nível de educação financeira desse grupo é significativamente reduzido, conforme apontado por Lusardi *et al.* (2010) relatam que a educação financeira desse grupo é bastante baixa: inferior a trinta por cento dos jovens têm conhecimentos básicos sobre taxas de juros, inflação e diversificação de risco. Da Luz, Santo e Junger. (2020) demonstram que, devido à ausência de conhecimento com o dinheiro, os cidadãos enfrentam diversas dificuldades, dado que a política de endividamento existente facilidades de crédito, dentre outros meios de incentivo ao consumo, o que estimula o endividamento.

O reflexo disto é visível nos altos índices de inadimplência, conforme um estudo realizado pela Serasa Experian em setembro de 2023, os brasileiros de 26

a 40 anos apresentam uma alta taxa de inadimplência, representando 34,5% do total de inadimplentes. De forma geral, as pesquisas realizadas com estudantes universitários têm mostrado que esse segmento da população apresenta um grau ilimitado de educação financeira. Conforme Robb (2007), estudantes universitários formam um conjunto singular e economicamente vulnerável, pois costumam ter conhecimento financeiro restringido e enfrentam restrições orçamentárias. Devido aos recursos financeiros limitados, esses alunos enfrentam desafios significativos para permanecer na universidade, muitas vezes recorrendo ao uso de cartões de crédito como fonte frequente de financiamento de curto prazo. Em adição, grande parte das pessoas possui dívidas de empréstimos estudantis de longo prazo. (Robb, 2007).

Em uma pesquisa realizada entre estudantes universitários, Shim *et al.* (2010) constataram que dentro desse grupo, havia diferentes abordagens no que diz respeito à assuntos financeiros. Enquanto alguns alunos estavam determinados a adquirir habilidades de gestão financeira, outros estavam assumindo riscos, excedendo seus limites orçamentários, acumulando dívidas significativas no cartão de crédito e negligenciando prazos para obrigações financeiras. Os autores acreditam que entender as razões subjacentes a esse contraste de comportamento requer uma análise aprofundada das características sociais, psicológicas e demográficas dos alunos, uma vez que esses fatores afetam diretamente sua alfabetização financeira.

Gilligan (2012) destaca que, além da pouca experiência, os jovens universitários podem enfrentar desafios ainda mais complexos na administração de seus recursos financeiros, devido aos custos associados ao ensino superior, às limitadas perspectivas no cenário do âmbito profissional e à renda limitada em geral. Somam-se a isso os encargos dos empréstimos estudantis que muitos desses jovens têm de enfrentar.

Porém, é fundamental entender que a capacidade de planejar e administrar as finanças pessoais é uma habilidade de extrema importância para a vida. Se os indivíduos são incapazes de decifrar os aspectos complexos da estrutura financeira, sua capacidade de administrar efetivamente suas finanças pessoais fica comprometida. Segundo Gans *et al.* (2016), para esse grupo de pessoas, é extremamente importante introduzir princípios de educação financeira com o

objetivo de melhorar o entendimento sobre os produtos financeiros e suas respectivas funções.

Mitchell, Lusardi, e Curto, (2010) realizaram uma pesquisa usando um grupo de dados nacionalmente representativo para examinar os níveis de educação financeira entre os jovens e como esses níveis diferem em relação a características sociodemográficas, familiares e de pares. Os resultados mostraram que muitos jovens têm baixos níveis, com uma grande proporção de respostas "não sei" para perguntas sobre juros, inflação e diversificação de riscos.

No contexto das pesquisas que abordam o tema de educação financeira e universitários no Brasil, estudo realizado por Laureano, Mendes e Mattos (2019), entre os universitários brasileiros, do estado do Ceará, constatou-se que um número significativo de participantes, apesar de pertencer ao grupo dos jovens solteiros, demonstrou envolvimento na etapa de elaboração da organização financeira. O estudo destaca que os alunos do gênero feminino se destacaram por apresentarem maior tendência a planejar seus gastos, bem como o hábito mais frequente de investir.

Leal, dos Santos e Costa., (2020), analisaram uma amostra de estudantes provenientes de todo o estado de Minas Gerais, constatou-se que os alunos inseridos em áreas do conhecimento relacionadas às disciplinas de exatas têm a chance em adquirir um conjunto mais abrangente de habilidades de recursos que os ajudam a desenvolver habilidades na gestão dos recursos financeiros pessoais. Esse achado pode ser associado a uma representatividade mais significativa de disciplinas do campo das ciências exatas nos currículos desses cursos em comparação a disciplinas com abordagens diferenciadas.

Nessa perspectiva, Amadéu *et al.* (2009), conduziu um estudo com 587 universitários no território brasileiro e observou que um maior envolvimento em áreas de natureza financeira ou econômica, seja na faculdade ou em cursos especializados, teve efeito positivo nas ações financeiras cotidianas. O pesquisador percebeu que os alunos matriculados nas disciplinas de Ciências Econômicas e Administração tendem a ter um grau mais elevado de entendimento em questões financeiras.

Corroborando com tal evidência, Lucci *et al.* (2006) descrevem uma pesquisa exploratória qualitativa realizada com alunos dos cursos de graduação

em Administração e em Ciências Contábeis, na Faculdade Independente Butantã, com o objetivo de detectar as habilidades em reconhecer e manipular conceitos chave em finanças, bem como as atitudes em relação ao risco e ao consumo, além das características socioeconômicas da população pesquisada. A pesquisa utilizou uma amostra não probabilística selecionada por conveniência e os resultados preliminares indicaram que quanto maior o nível de educação financeira, maior o domínio dos conceitos fundamentais de finanças.

Amadeu (2009) efetivou um estudo com alunos da Universidade Estadual do Paraná, no qual analisou as condutas, os hábitos e o grau de entendimento de calouros e concluintes no que diz respeito aos assuntos de finanças. O autor concluiu que os alunos com estudos mais longos (veteranos) demonstraram um grau elevado de conhecimento em na gestão financeiras. Em outros termos, a adjacência com áreas compatíveis com as finanças durante a carreira acadêmica influencia positivamente as atitudes dos alunos em relação às finanças.

Uma pesquisa realizada por Vieira *et al.* (2016) com universitários referiu que os participantes que tinham maior renda estavam mais preocupados com o uso moderado do cartão de crédito e adotavam uma prática constante de monitorar seus gastos. O objetivo dessa abordagem era evitar compras impulsivas e desnecessárias. Refira-se que embora os alunos com maior rendimento mensal tendem a economizar mais, o que é influenciado pela maior capacidade financeira disponível para o efeito.

Em contraste, os estudantes de baixa renda, muitos dos quais em condição de vulnerabilidade socioeconômica, normalmente destinam toda a sua renda para cobrir as despesas correntes, não sobrando recursos para a poupança.

Portanto, a introdução do tema da educação financeira no contexto da sala de aula do ensino superior revela-se de extrema importância. Os conhecimentos adquiridos sobre educação financeira ao longo do percurso acadêmico serão transferidos para o ambiente profissional, contribuindo para o aprimoramento do bem-estar.

Conforme Stephani (2005), a educação financeira atua como um ponto de ligação entre diferentes disciplinas acadêmicas e facilita a colaboração entre elas para desenvolver, no entendimento do estudante, concepção que lhe permita adquirir as habilidades necessárias para alcançar a independência financeira.

3.3. Vulnerabilidade Social e Assistência Estudantil

No que se refere ao entendimento de vulnerabilidade socioeconômica, ou vulnerabilidade social, distingue-se que as análises acerca do assunto obtiveram, introdução no século XXI, porém não possui um significado único e consolidado na literatura, de acordo com diversos autores. A concepção de vulnerabilidade social, amplamente discutida por diversos pesquisadores contemporâneos, emerge como uma evolução do termo "pobreza". Essa abordagem considera o bem-estar e os padrões de vida, incorporando determinantes além das meras questões de renda.

Por conseguinte, Moser (1998) conduziu uma averiguação, que indicou que a vulnerabilidade social exibida por pessoas, famílias ou comunidades resulta da interação com humanos e sociais. Consequentemente está associado à miséria, a renda baixa, alterações econômicas e formação acadêmica, tornando-se inferência da desigualdade social efetiva no cenário brasileiro.

“A idealização de vulnerabilidade, na perspectiva social, condiz com os segmentos populacionais desprovidos da estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais oriundas do Estado, mercado e da própria sociedade. Em suma, traduz a insuficiência de dinheiro e oportunidades para um dado grupo social em acessar as políticas sociais e, assim, possibilitar níveis de bem-estar que possam amenizar a deterioração das circunstâncias de vida dos sujeitos” (Kowalski,2007).

Conforme conceito de renda para pessoas ou famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica, nesta análise, referir-se-á o critério definido pelo Decreto n.º 6.135, de 26 de junho 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências, define em seu art.4º, inciso II, alíneas a) e b) famílias de baixa renda como sendo “aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.” (“Base Legislação da Presidência da República - Decreto no 6.135 de 26 de junho de 2007”, 2018).

De modo ao entendimento de mínimos sociais, Sposati (1997) salientou que o sentido destes está associado à criação de um preceito essencial de inclusão social que seja constituído por concepção de dignidade e cidadania. Dentro desta

concepção, de mínimo, está destinado a introdução, com dignidade, à alimentação, moradia, transporte e educação, considerando que as entradas da população de baixa renda aos básicos sociais são concretizadas, através, de iniciativas governamentais realizadas por políticas públicas.

Nesse cenário de avanço no campo das políticas públicas, conforme descrito por Silva (2001), é factível perceber que toda iniciativa de natureza governamental representa um mecanismo regulador ou de intervenção na estrutura social. Secchi (2014) delimita que política pública é uma orientação desenvolvida para enfrentar um definido dilema público.

Portanto, o paradigma referência utilizado na conjuntura à política pública de assistência estudantil, na esfera das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, é formado pelo o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sendo um dos primordiais modelos de transferência de recursos a estudantes universitários.

O PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, (BRASIL, 2023) visa ampliar as oportunidades nas instituições federais de ensino superior para estudantes em objetivos:

- i) Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- ii) Iminimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na Permanência e conclusão da educação superior;
- iii) Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- iv) Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Para Ferreira (2018), o principal objetivo do decreto em questão é, portanto, reduzir as variações entre pessoas de diferentes estratos sociais e regiões do país na conjuntura da educação. O objetivo é tornar mais justo o acesso e a continuidade de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, nas universidades públicas brasileiras e reduzir as desigualdades sociais, culturais e econômicas que frequentemente dificultam essa inclusão.

Brito e Barbosa (2017) avaliam o programa positivamente em um esforço para reduzir as desigualdades socioeconômicas. Portanto, defendem que os projetos de apoio estudantil são essenciais para garantir a igualdade de ingresso e permanência dos alunos que enfrentam questões socioeconômicas, ou seja,

para garantir os direitos sociais.

Para Lima e Ferreira (2016, p.141), as políticas públicas de assistência estudantil são eficazes, visto que atingem seu objetivo. Os setores táticos mais desenvolvidos pelas universidades, conforme os autores, fazem parte da área da alimentação e transporte, atingindo, portanto, estudantes das classes C, D e E.

Os autores ainda afirmam que a política de assistência ao discente de graduação "também proporciona a manutenção de facilidades durante a vida acadêmica, complementando de tal modo as dez áreas estratégicas definidas pelo PNAES". No que diz respeito à motivação dos alunos em procurar ajuda para estudantes, a pesquisa de Pinto (2018) mostra que evidências associadas a situações de vulnerabilidade socioeconômica, desempenham um papel crucial.

Nesse contexto, os recursos oferecidos com o auxílio tornam-se essenciais para complementar a renda. A assistência ao aluno, portanto, desempenha um papel importante na prevenção da graduação precoce e na promoção da retenção do aluno. Imperator (2017) avalia que a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), enquanto iniciativa de natureza federal, adota uma abordagem descentralizada em seu funcionamento.

Cada Instituição tem autonomia administrativa e pode alocar os recursos fornecidos pelo governo federal conforme suas exigências internas, o que garante uma otimização substancial do programa.

Os beneficiários são selecionados com base em parâmetros sociais, especificados previamente em editais, voltados para um público-alvo caracterizado por indivíduos com renda familiar per capita não superior a um salário mínimo e meio. É importante ressaltar que, até 2016, os aportes de recursos no programa apresentaram um aumento gradual. No entanto, nos últimos cinco anos, os investimentos na política de assistência estudantil no sistema brasileiro apresentaram uma tendência decrescente, o que dificulta a sua implementação.

Deste contexto e ao reexaminar a análise sobre a interligação entre educação financeira e vulnerabilidade socioeconômica, em um estudo piloto realizado pela Rede Internacional de Educação Financeira da OCDE em 14 países, Atkinson e Messy (2012) constataram que existe uma relação positiva entre educação financeira e renda familiar. O estudo evidenciou que há uma falta de conhecimento financeiro entre uma parcela significativa da população em todos

os países pesquisados, com muito espaço para melhorias no comportamento financeiro. Além disso, as atitudes em relação às finanças variam amplamente. Os autores sugerem que melhorar a educação financeira entre os mais pobres pode ajudá-los a tomar melhores decisões financeiras e identificar maneiras de melhorar sua situação financeira.

Um estudo realizado pela Research (2003) constatou que indivíduos com menor conhecimento financeiro são mais propensos a ter dificuldades em suas transações financeiras. Além disso, o estudo sugere que a falta de conhecimento e compreensão em questões financeiras pode levar a resultados financeiros negativos para os indivíduos e suas famílias. O estudo também indica que indivíduos com menor renda, menos economias e menor nível de educação financeira são mais propensos a ter dificuldades financeiras.

3.4. Consumismo e Consumo consciente

Segundo Beck (2010), a etimologia da palavra “consumo” remonta ao latim “consumere” cujo significado original incluía a ideia de destruição, exaustão, gasto, desperdício ou uso completo. O autor afirma que desde o período pós-revolução industrial, a produção em massa de bens desencadeou transformações de natureza econômica e social que influenciaram os valores, crenças e atitudes da sociedade no que diz respeito ao meio ambiente. Essas mudanças culminaram no distanciamento do ser humano da natureza e no enfraquecimento da ênfase na conservação dos recursos naturais.

Segundo Bauman (2008, p. 37), o consumo é uma característica e ocupação dos seres humanos por ser “uma condição e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos”.

Vários estudiosos discutem aspectos relacionados à motivação subjacente de um indivíduo para consumir. Como afirma Campbell (2005), os impulsos de consumo estão intrinsecamente ligados ao desejo de realizar na vida real prazeres que são concebidos no âmbito da imaginação. A introdução de cada novo produto é, portanto, uma oportunidade para concretizar esse desejo. No entanto, é importante notar que cada nova aquisição muitas vezes desencadeia um

sentimento subsequente de desilusão.

Segundo Fajardo, (2010) o consumismo é caracterizado pelo ato de adquirir itens que não são essenciais. Segundo Giglio, (2002) Castanho *et al.*, (2020) existem três atributos básicos que definem o consumismo: primeiro, o consumo motivado apenas pelo status em detrimento das qualidades intrínsecas de um produto ou serviço; em segundo lugar, comprar itens sem uma compreensão abrangente da etapa de fabricação por trás deles; e, em última análise, a resultante deterioração do valor e utilidade de tais produtos ou serviços.

Em contraste, o consumismo manifesta-se na aquisição de produtos sem uma avaliação apropriada de sua necessidade ou utilidade, frequentemente de maneira inconsciente. É importante ressaltar que o fenômeno do consumismo surge em meio às contínuas metamorfoses da sociedade e se forma desde os valores básicos da existência que são delineados pela cultura. Como aponta Freyre (1940, p. 14) "a cultura abraça e envolve a nossa vida na totalidade".

Pois, conforme Kotler (2006), as decisões de compra são influenciadas pelos valores recebidos pelo consumidor durante seu desenvolvimento, através da família, da escola e da classe social a qual ele pertence. Os grupos com os quais ele detém uma relação, os amigos, a religião, a classificação, moldam o seu perfil de compra. "O lugar que ocupamos na estrutura social ajuda a determinar não apenas quanto dinheiro gastamos, mas também como o gastamos" Bourdieu (1979, p. 123)

Para Mota (2021), o consumismo pode ser prejudicial à saúde dos indivíduos, diversos são os males causados por essa prática, dentre eles a compulsão e o vício pela compra, a degradação ambiental, a exploração excessiva de recursos, a produção em massa de lixo, consequências financeiras e outros. Vivemos em uma sociedade com "objetos em excesso". "Superficialidade em excesso". "Hiper individualidade em excesso". "Vazio em excesso". "Descarte em excesso". "Solidão em excesso". "Ilusão em excesso." (Mota, 2021, p. 17).

Diante desse contexto, alguns autores desenvolvem o entendimento de consumo excessivo de forma mais analítica, caracterizando-o como um mecanismo interno que impulsiona o sistema capitalista (Miller, 2007; Mészáros, 2011; Silva, Araújo e Santos, 2012). Esse padrão de consumo visa obter uma transferência privada de recursos, em que a expansão do consumo e a influência

difundida pela mídia na projeção dos modos de vida intensificaram o processo de “banalização do ser humano” (Silva, Araújo e Santos, 2012 p. 99).

No intuito de combater esse cenário, diversas iniciativas têm emergido, destacando-se os conceitos de consumo consciente, sustentável e responsável, os quais buscam soluções para os desafios oriundos do consumismo desenfreado. O consumo consciente, conforme abordado por Silva, Araújo e Santos (2012) consiste em adquirir e utilizar produtos de maneira que não exceda as necessidades individuais, preservando os recursos naturais e contribuindo para a sustentabilidade ambiental.

Policarpo e Aguiar (2021) enfatizam que o consumo consciente vai além do aspecto individual, envolvendo a consideração dos impactos sociais, ambientais e econômicos de cada compra, bem como o bem-estar das gerações presentes e futuras. Portanto, adotar uma abordagem de consumo consciente não somente beneficia o indivíduo, mas também auxilia para a formação de um futuro mais equilibrado e sustentável para a sociedade como um todo.

Nessa percepção, as atividades de consumo consciente estão sendo cada vez mais incentivadas. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) escolheu o dia 15 de outubro de 2013 para ratificar o Consumo Consciente, tendo como objetivo conscientizar as pessoas a adotar ações cotidianas de consumo mais conscientes.

Neste cenário, Barros e Costa (2009) destacam a falta de um consenso definido quanto à noção de consumo consciente. Segundo os autores, essa definição no contexto brasileiro cabe ao Instituto Akatu, entidade não governamental fundada em 2001 que tem como missão conscientizar e mobilizar os consumidores do país para desempenharem um papel de liderança na proteção ambiental. A ênfase é colocada no conforto dos impactos adversos nos ecossistemas e na promoção da conservação destes recursos para as gerações futuras.

O Instituto Akatu conceitua o consumo consciente como um procedimento que começa antes da compra e se estende além do período de uso, e inclui seleções que abrangem aspectos como: Por que comprar? De quem comprar? O que comprar? Como comprar? Como usar? Como descartar?

Para essa instituição, o consumo consciente é entendido como “consumir de forma diferente: tendo no consumo um instrumento de bem-estar e não sendo

um fim em si” (Instituto Akatu, 2023).

Dessa forma, o conceito de consumo consciente surge como alternativa ao consumo excessivo. E o consumo consciente é praticado na avaliação dos efeitos causados pelo ato de consumir, a fim de aumentar os resultados benéficos e reduzir os negativos, de acordo com os princípios da sustentabilidade (Silva, 2011, p. 22).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia adotada nesta análise é uma abordagem qualitativo-quantitativa, visando uma compreensão aprofundada dos fatos em questão. Esta abordagem apresenta características qualitativas ao explorar o conhecimento dos jovens sobre educação financeira e características quantitativas ao utilizar questionários com os participantes utilizando recursos estatísticos para extrair as informações desejadas dos dados.

Conforme mencionado por Knechtel (2014), a pesquisa quali-quantitativa é conduzida em duas etapas: a primeira é a fase qualitativa, destinada a explorar o fenômeno a ser compreendido, seguida pela criação e aplicação do questionário. Por fim, os dados são tabulados e analisados com o auxílio de métodos estatísticos como a tabela dinâmica, que possibilitou a extração das informações desejadas.

Em relação aos objetivos, o estudo foi considerado descritivo, pois busca identificar a atitude dos estudantes relacionado aos fatos levantados. Conforme Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa descritiva consiste em planejar a obtenção dos resultados com a maior precisão possível, analisando e descrevendo os atributos de um fenômeno ou contexto sem modificá-los.

Com a definição de coleta de dados, verificou-se a população para coletar os dados necessários para a investigação. Pestana e Velozza (2010) afirmam que a população é "o conjunto de todos os valores que descrevem um fenômeno que interessa ao investigador.

Para examinar o impacto do nível de educação financeira e consumo consciente, a população foi definida em critérios não probabilísticos e de acessibilidade. Segundo Gil (2019), os critérios não probabilísticos são utilizados em situações em que é difícil ou impossível garantir que todos os elementos da população tenham a mesma chance de serem selecionados. Os critérios de acessibilidade, por sua vez, são utilizados para garantir que a amostra seja composta por indivíduos que sejam representativos da população, mesmo que isso implique em uma perda de representatividade estatística.

A pesquisa envolveu todos os 55 alunos do curso de Administração assistidos pelo programa de assistência estudantil do ITR/UFRRJ no momento da aplicação da pesquisa. As modalidades de auxílio que os alunos faziam parte do Programa Bolsa Permanência eram das modalidades de Auxílio Moradia,

Transporte e Alimentação. A Pesquisa foi iniciada no dia 29 março e finalizada no dia 30 de abril de 2023.

Para a aquisição das informações, foi realizado inicialmente um pré-teste para validação do questionário no mês de março de 2023 com uma pequena quantidade de três participantes, com o propósito de verificar se o questionário estava pronto para a aplicação. Além disso, foi enviado a todos os participantes um REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE), conforme as diretrizes da Resolução CNS nº 466/2012, a fim de garantir a privacidade e o consentimento dos participantes.

No que diz respeito às abordagens técnicas, a pesquisa utilizou as ferramentas previstas no método de levantamento survey, que consiste em questionar os acadêmicos para obter informações sobre seus hábitos financeiros e consumo. Segundo Mascarenhas (2017), o levantamento possui a finalidade de quantificar os resultados, proporcionando uma análise mais rápida e objetiva.

O método selecionado para a exploração de dados consistiu na utilização de um questionário, o qual foi distribuído por intermédio da plataforma Google Formulários. Essa escolha se baseou na ampla acessibilidade proporcionada por essa ferramenta, permitindo a investigação e a coleta de dados relevantes relacionados à população em estudo.

O questionário consistiu em 30 perguntas, abrangendo uma variedade de formatos, como perguntas de múltipla escolha, de resposta única. A coleta de dados ocorreu nos meses de março e abril de 2023. A validade do questionário final, apresentado em anexo, foi assegurada por meio de análise e validação prévia realizada pelo orientador do projeto.

O questionário foi estruturado em três blocos: identificação dos universitários, educação financeira e consumo consciente. Inicialmente, buscou-se identificar o perfil dos respondentes por intermédio de seis questões associadas a variáveis socioeconômicas, como gênero, idade, ocupação e renda.

Para avaliar o nível de alfabetização financeira dos participantes, foram utilizadas como base questões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que abordam três dimensões: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira.

Para avaliar o nível de alfabetização financeira dos participantes, foram

utilizadas como base questões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que abordam três dimensões: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira. Essas dimensões foram consideradas relevantes para o estudo, pois permitem avaliar o nível de compreensão dos participantes sobre os fundamentos das finanças pessoais, suas práticas financeiras cotidianas e sua visão sobre finanças.

No contexto do consumo consciente, este estudo incorporou uma série de oito questões. Essas questões foram adaptadas da metodologia utilizada pelo Instituto Akatu, que utiliza uma ferramenta que avalia o grau de consciência demonstrado por indivíduos ou comunidades no momento de suas práticas de consumo. Essas questões foram incorporadas para avaliar o nível de consumo consciente dos participantes, que é um aspecto importante da alfabetização financeira.

Para a análise dos resultados, foram utilizadas estatísticas descritivas. Segundo Goldfarb (2022), a estatística descritiva é um ramo da estatística que se ocupa da organização, descrição e interpretação dos dados, visando a extrair informações sobre eles. Essa técnica permite descrever as características e aspectos dos dados, bem como identificar padrões e tendências, por meio de frequências, médias, etc. Dessa forma, as estatísticas descritivas foram empregadas para analisar a distribuição dos dados e determinar o centro das informações obtidas, contribuindo para uma compreensão aprofundada dos resultados da pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente tópico apresenta as análises das respostas do questionário aplicados entre os dias 29 março e finalizada no dia 30 de abril de 2023, a todos os alunos do curso de Administração do Instituto Três Rios assistidos pelo programa de assistência estudantil, na referida data.

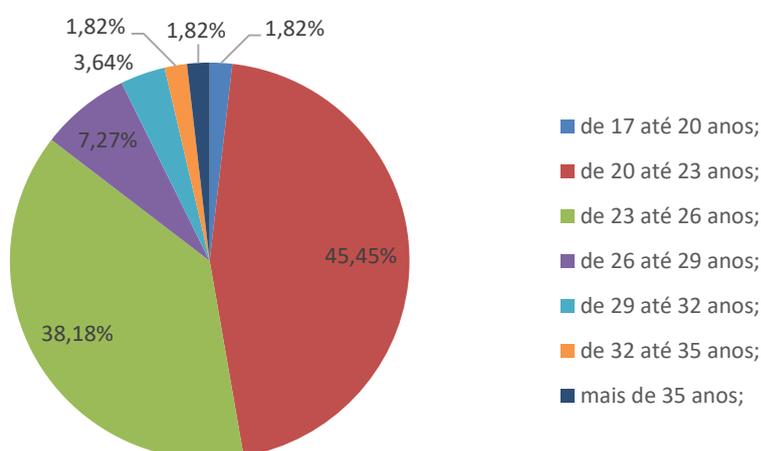
Este capítulo está dividido em três partes: a primeira parte apresenta o perfil socioeconômico dos participantes de grupos focais do ponto de vista socioeconômico; a segunda trata sobre as questões referentes ao conhecimento e as práticas financeiras dos participantes, avaliando sua capacidade de gestão do próprio dinheiro; e a terceira parte explora as respostas sobre o consumo consciente dos beneficiários, avaliando suas atitudes em relação ao consumo.

5.1. Perfil dos Indivíduos

A pesquisa buscou identificar o perfil dos alunos considerando as variáveis: idade, gênero, ocupação, período acadêmico, tipo de bolsa de assistência estudantil recebida, e renda. Para realizar a análise desta primeira etapa, utilizou-se o software Microsoft Excel 2016, considerando a frequência e o percentual de cada questão.

O Gráfico 1 apresenta a frequência das respostas dadas pelos respondentes em relação às faixas de idade.

Gráfico 1- Faixa Etária



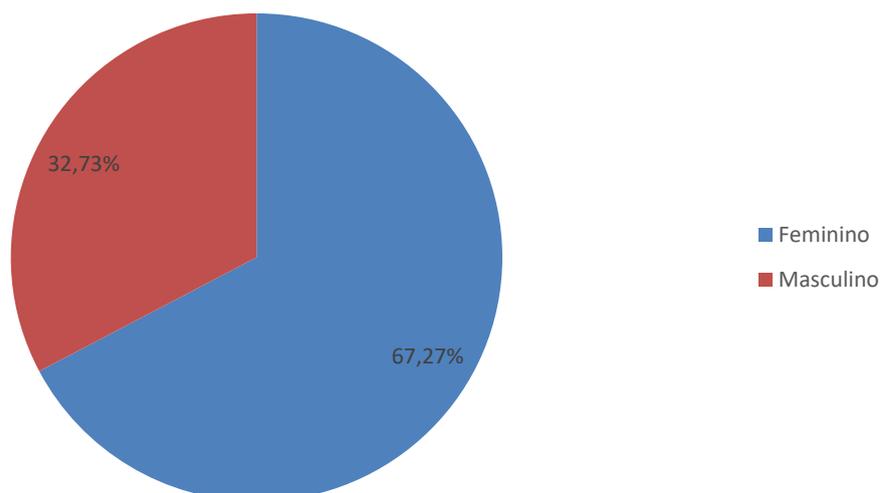
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023)

Observando-se os dados apresentados no gráfico 1, em relação às faixas de idade, 83% dos alunos têm idade entre 20 e 26 anos, sendo a idade média igual a 21 anos, caracterizando assim os assistidos como um público jovem universitário.

Uma pesquisa análoga da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), apresentou a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) dos IFES (2018), a faixa etária predominante dos estudantes sendo de 18 a 24 anos, (76,2%) seguida 6,8% tinham 25 anos ou mais. (ANDIFES, 2018, p. 15) A idade média dos discentes na pesquisa foi de 24,43 anos, com pequena queda em relação à pesquisa de 2014, quando alcançou a maior média de todas as séries, com 24,54 anos. Dessa forma, os resultados da presente pesquisa vão ao encontro com a pesquisa da ANDIFES (2018), indicando que o público-alvo do programa é o mesmo que o dos estudantes universitários brasileiros.

No presente estudo, observou-se uma maioria de mulheres entre os entrevistados, conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2- Gênero



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023)

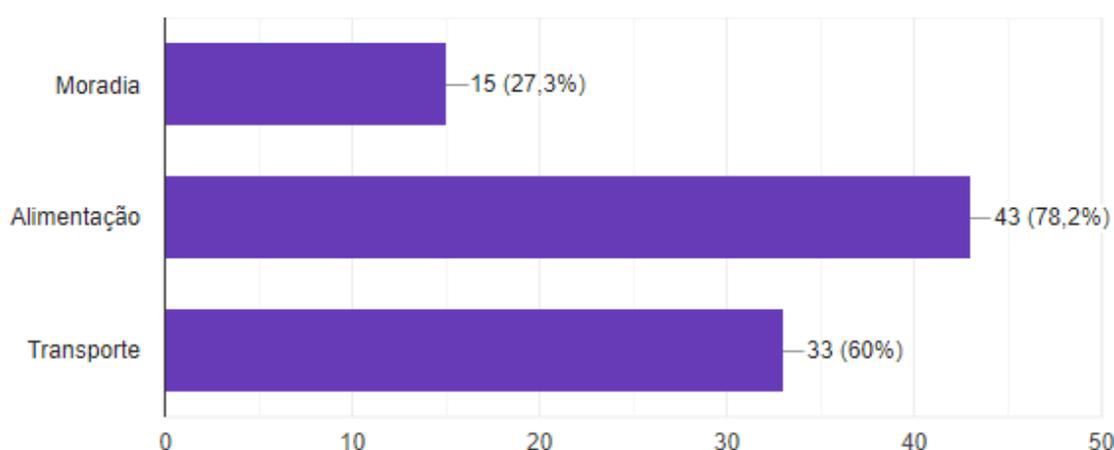
O percentual de mulheres entrevistadas foi de 67,2%, o que representa uma representatividade significativa. De acordo com a ANDIFES (2018), o ingresso de

mulheres no ensino superior das universidades federais vem crescendo continuamente, chegando a 54,6%. Ao analisar os alunos em relação à sua ocupação, constatou-se uma predominância de empregados assalariados, representando 34% dos respondentes, seguidos por 29,09% de estagiários, 20% de desempregados, 10,91% de outros, 3,64% que nunca trabalharam e 1,82% de autônomos. Esses dados corroboram com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2023, p. 12), no trimestre de julho a setembro de 2023, 82,9% da população brasileira de 15 a 29 anos estava em atividades de estudo ou trabalho. Isso significa que cerca de 41 milhões de indivíduos nessa faixa etária estavam estudando, trabalhando ou fazendo ambos.

Em relação ao semestre no qual estão predominantemente estudando, foi observado que estes se concentram entre o sétimo e oitavo período, com os percentuais de 67,27%. O baixo número de respondentes matriculados nos períodos anteriores se justifica pelo fato de não ter tido processos novos, especialmente nos anos de 2020 e 2021.

Em relação ao tipo de bolsa de assistência estudantil, o gráfico 3 apresenta dados sobre o recebimento do tipo de auxílio de cada aluno.

Gráfico 3-recebimento do tipo de auxílio de cada aluno.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023)

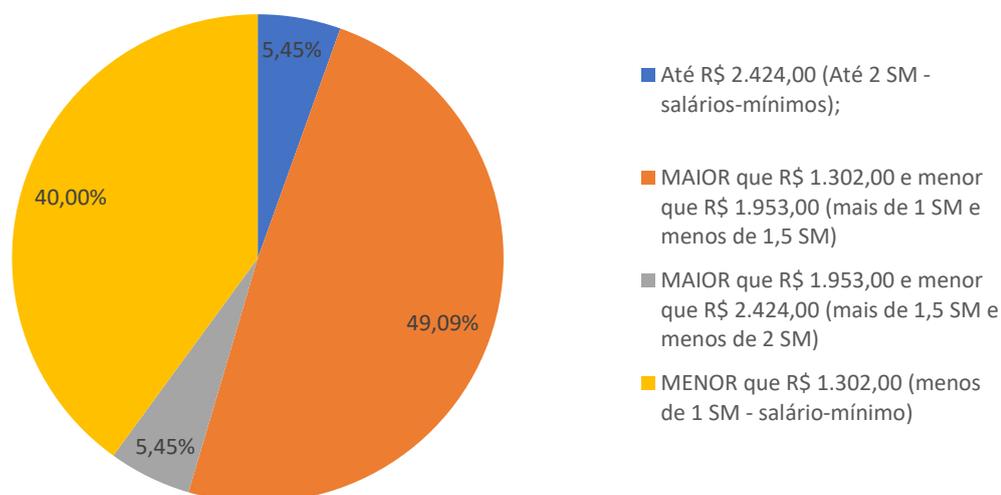
Os pré-requisitos para recebimento de Assistência Estudantil referem-se à necessidade da renda per capita familiar ser constituída por até 1,5 salários-mínimos. De acordo com Ferreira (2018), o programa de assistência estudantil é

considerado importante no atendimento ao estudante pobre. Todavia, enquanto visa minimizar as fragilidades socioeconômicas que permeiam a realidade dos discentes atendidos, esta acaba também por evidenciar as desigualdades.

Os valores repassados aos estudantes variam conforme o tipo de auxílio recebido, o valor do auxílio é estabelecido entre R\$250,00; para os auxílios transporte e moradia e R\$400,00 para o auxílio-alimentação e cada estudante pode receber até dois tipos de auxílios variados. O resultado mostrou que 43,64% recebem os auxílios de alimentação e transporte ou seja R\$650,00, 21,82% são assistidos com os auxílios moradia e alimentação (R\$650,00) o; 16,36% dos assistidos recebem apenas o auxílio transporte R\$ 250,00; 12,73% destes recebem auxílio alimentação no valor R\$ 400,00; e apenas 5,45% recebem somente o auxílio moradia no valor de R\$ 250,00.

Concluindo, procedeu-se à análise da renda média dos assistidos. Esta investigação tem o propósito de verificar a heterogeneidade existente dentro do grupo analisado, bem como para aprofundar a análise do perfil do assistido representativo. Observou-se que a renda mensal de cada indivíduo é constituída pelo valor da assistência fornecida pela UFRRJ, juntamente com outras fontes, como salário e outras. Os resultados dessa análise são apresentados no gráfico 4.

Gráfico 4-Renda média mensal dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Ao analisar a renda informada pelos alunos, aproximadamente metade destes possuem renda entre 1 e 1,5 salários mínimos. Observa-se que 40% dos alunos têm renda inferior a R\$ 1.302,00 e 10,91% com renda entre R\$ 1.953,00 e R\$ 2.424,00. Segundo dados da ANDIFES (2018) a maioria dos estudantes (70,2%) das universidades federais brasileiras têm renda mensal familiar per capita de até 1 salário mínimo, sendo a renda média de R\$ 640,00.

Em suma, considerando todas as variáveis levantadas e uma média dos resultados, o perfil dos assistidos representativo é: um público feminino (67,27%), entre 20 e 26 anos (54%), predominantemente cursando entre o 7.º e o 8.º período do curso (67,27%), que possuem ocupação de empregados assalariados (34%), e que têm uma renda maior que R\$ 1.302,00 e menor que R\$ 1.953,00 (49,09%) para se sustentarem.

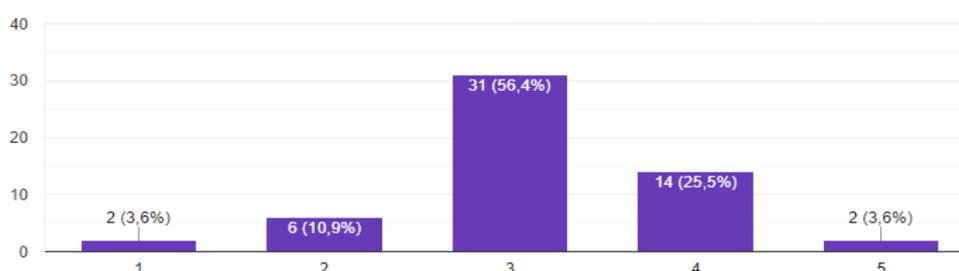
Resumindo, observou-se um impacto direto dos critérios de concessão da Assistência Estudantil sobre a renda dos beneficiários, sublinhando a importância fundamental desse suporte financeiro para os estudantes de baixa renda.

5.2. Educação Financeira

Neste capítulo, observam-se os resultados referentes à categoria denominada Educação Financeira. Serão verificados padrões de avaliação do nível de conhecimento em educação financeira, e o comportamento financeiro dos participantes. Segundo Wernke (2004), é possível identificar o grau de conhecimento de uma pessoa sobre o assunto por meio de hábitos e comportamentos relacionados às finanças, e com isso, deduzir suas chances de tomada de decisão assertiva sobre o uso consciente do dinheiro.

A primeira análise dos resultados a ser realizado é a referente aos padrões de avaliação do próprio nível de conhecimento financeiro. Os resultados estão apresentados no gráfico 5.

Gráfico 5-Nível de conhecimento financeiro



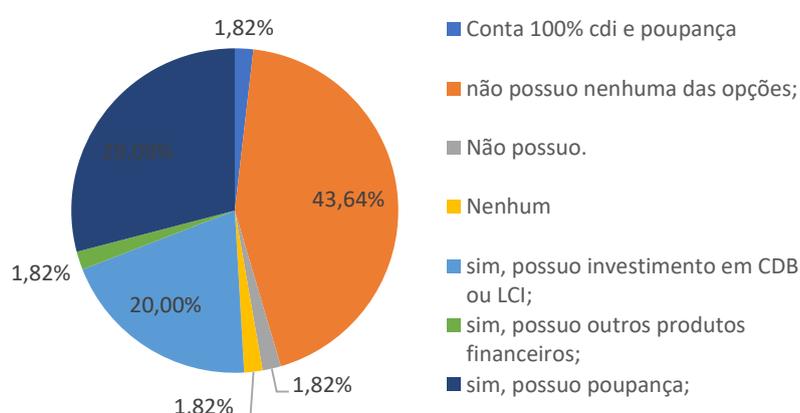
A partir dos resultados apresentados no gráfico 5, pode-se afirmar que em uma escala de 1 a 5, onde 1 desconhece o assunto e 5 se considera especialista, em média, apenas 29,9% afirmam ter conhecimento entre nos níveis 4 e 5, enquanto 56,4% se encontra no nível 3. Sobre o assunto, este revela-se baixo, resultado que corrobora as pesquisas de Roquette, Laureano e Botelho (2014), que concluíram que os estudantes universitários possuem baixíssimos níveis de conhecimento financeiro. No Brasil, a Educação Financeira não é uma prática comum no contexto familiar e escolar, em decorrência da ausência de formação específica dos docentes para essa área. (Oliveira e Stein, 2015).

Foi analisada também a forma com a qual os estudantes guardam seu dinheiro para despesas inesperadas. Consoante as respostas, 46,3% adotam a estratégia financeira de reserva de emergência. Conforme Halfeld (2001), o estabelecimento da reserva de emergência presume a realização de um fundo de reserva igual a, pelo menos, seis vezes a renda do indivíduo que seja suficiente para cobrir algumas surpresas.

Ainda em relação à reserva de emergência, foi apresentada a hipótese de, em caso de perda das atuais fontes de renda, por quanto tempo conseguiria manter o atual padrão de vida somente com suas reservas. As respostas mostraram que 60% dos estudantes não conseguiriam manter seu padrão de vida nem por 2 meses. Complementarmente, 32,7% manteriam seu padrão de vida entre 2 e 6 meses. As predominâncias destas respostas denotam que os alunos não têm domínio sobre o conceito de Reserva de Emergência. A formação de uma reserva com fins emergenciais só é possível, segundo Gonçalves (2018), por meio de um planejamento financeiro baseado em conhecimentos adquiridos pela educação financeira.

Juntamente com a questão das reservas financeiras, foi verificado o direcionamento dos recursos quanto às aplicações financeiras. Os resultados são apresentados no gráfico 6:

Gráfico 6- Recursos quanto às aplicações financeiras



Os resultados mostram, que a maioria dos alunos fazem algum tipo de aplicação financeira (57,7%). Quanto ao tipo de investimento, a poupança (29,9%) foi o produto mais utilizado pelos pesquisados, seguido de investimento em ações (23,6%). O resultado obtido se aproxima da afirmação de Assaf Neto (2012) que destaca a caderneta de poupança como modalidade de investimento mais tradicional do brasileiro, devido ao baixo risco e facilidade de gestão.

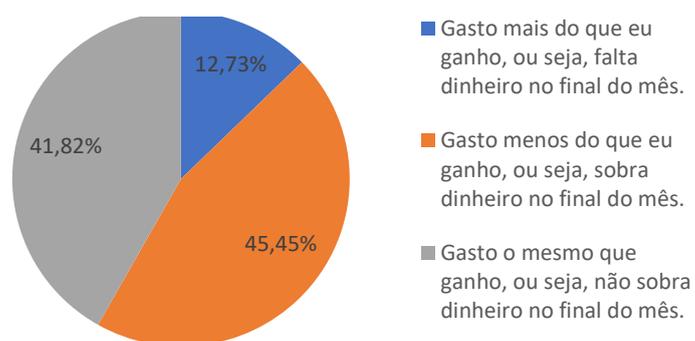
Já as ações, de acordo com Piazza (2010), dão-se, devido à possibilidade de compras e vendas de ativos por meio do auxílio da internet, fazendo uso de um software específico, visando facilitar a realização de operações no mercado financeiro. Esses resultados chamam atenção, por ter mais respondentes que fazem aplicações financeiras (maior risco) do que fazem uma reserva de emergência (minimização de riscos) e garantia de estabilidade financeira em momentos de ausência de renda.

Nesta via é possível observar que os estudantes universitários possuem níveis variados de conhecimento e entendimento sobre investimentos e apresentam um perfil diverso de investimentos, ou seja, priorizam a segurança ao invés de incorrer em opções de investimentos mais arriscados.

Além disso, a maioria dos alunos não possui um nível de conhecimento financeiro satisfatório, o que pode influenciar na escolha de investimentos mais seguros, como a caderneta de poupança.

O segundo elemento analisado foram as questões relacionadas ao comportamento financeiro dos respondentes avaliados em relação à forma como gastam a renda. Os resultados são apresentados no gráfico 7.

Gráfico 7- Gasto do dinheiro por parte dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023)

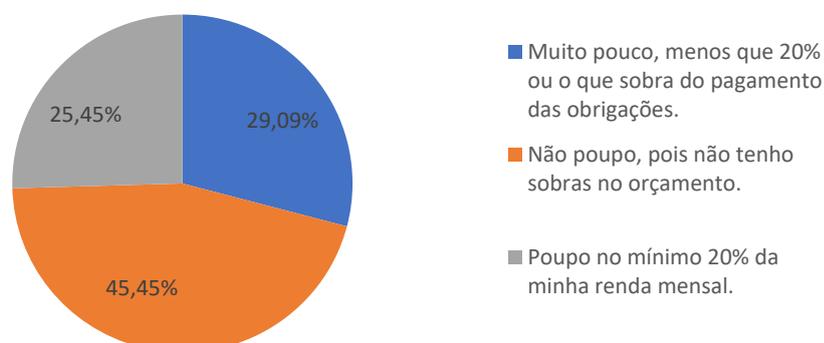
Considerando o apresentado no gráfico 7, pode-se afirmar que 45,4% dos respondentes gastam menos do que ganham, ou seja, sobra dinheiro no final do mês. No entanto, chama a atenção o fato de que 41,8% dos respondentes gastam o mesmo que ganham, ou seja, não sobra dinheiro no final do mês demonstrando, portanto, falta de controle do orçamento pessoal. Para Wisniewski (2011, p. 156) “a falta de controle no orçamento financeiro, decorrente, na maioria das vezes, da falta de informação e de planejamento financeiro, tem sido um dos fatores que afeta a saúde financeira dos consumidores em âmbito global”. Entretanto, essa é a realidade de 12,73% dos respondentes que declararam gastar mais do que ganham, e, por isso, falta dinheiro no final do mês. Essa situação é preocupante, pois força os respondentes a obterem, de alguma forma, recursos extras para pagar o que compram. Caso contrário, poderão se endividar e até mesmo ficar inadimplentes.¹

Além disso, dado o contexto apresentado anteriormente, quando questionados se já passaram ou estão passando por uma situação de endividamento, apenas 10 respondentes (18,18%) declararam que é uma situação recente, que nunca havia passado, mas atualmente encontram-se endividados; enquanto 7,27% declaram que é uma situação recorrente, que já passaram e continuam em situação de endividamento. Do total analisado, 36,6% declararam que já passaram por uma situação de endividamento, mas atualmente este problema foi superado; por outro lado 38,18% declararam que nunca passaram e não estão endividados atualmente. O endividamento declarado está, de certa forma, sob controle.

Prosseguindo com a análise das questões relacionadas e avaliando o comportamento dos respondentes em relação, o quanto da renda é poupado mensalmente as respostas são exibidas no gráfico 8.

¹ A inadimplência representa a situação mais grave de dívida, diz respeito ao fato de um indivíduo contrair um montante tão elevado de dívida que ultrapasse suas condições de pagamento e assim os prazos pré-estabelecidos não sejam cumpridos (Olivato & Souza, 2007).

Gráfico 8- o quanto da renda é poupado mensalmente



Elaborado pelo autor (2023)

Analisando os dados apresentados no gráfico 8, 45,4% declararam que não poupam, pois não possuem sobras no orçamento. Assim, percebe-se que a maioria dos respondentes não guardam dinheiro para eventualidades. Esse resultado, em parte, difere do apresentado em que a maioria (45,4%) gastam menos do que ganham, ou seja, demonstram que sobra dinheiro no final do mês. Enquanto 29,9% declaram que poupam muito pouco, menos que 20% ou o que sobra do pagamento das obrigações, por outro lado, apenas 25,4% poupa, no mínimo, 20% da renda mensal.

Proporcionalmente, o número de jovens (entre 18 e 24 anos) que poupam no Brasil é baixo, cerca de 52%, de acordo com estudo realizado em abril de 2019 pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em conjunto com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo Halfeld (2004, p. 21) “as pessoas poupam com dois objetivos básicos: consumir mais, em breve; enfrentar o declínio que a natureza impõe à capacidade produtiva do homem após certa idade.”

Ao serem questionados quanto à afirmação “Com qual frequência anota e controla os seus gastos pessoais?” O resultado mostrou que a maioria dos estudantes, cerca de 60%, realiza o controle de seus gastos pessoais, sendo que a maior parte (40%) o faz uma vez ao mês. Esses dados são positivos, pois indicam que os estudantes estão se conscientizando da importância do controle de

orçamento. No entanto, é importante ressaltar que 20% dos estudantes não possuem nenhuma frequência de controle. Esses estudantes estão sujeitos a uma série de problemas financeiros, como dívidas, inadimplência e falta de planejamento.

Os dados coletados de, uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito – (SPC Brasil, 2019), revelou que 48% dos brasileiros não realizam o controle de seu orçamento pessoal, dentre esses, 25% afirmaram ter os gastos “de cabeça”, ou seja, confiam apenas na memória, para lembrar os dispêndios realizados; enquanto 20% não realizam nenhum tipo de registro do que se ganha e o que se gasta, e os outros 2% disseram que confiam em terceiros para realizar essa tarefa. De fato, os brasileiros não realizam o controle de seu orçamento pessoal. Isso significa que, apesar de haver um avanço na conscientização sobre a importância do controle de orçamento, ainda há muito a ser feito para que a maioria das pessoas realize esse controle.

Na sequência, avaliaram-se as opções de despesas que consomem a maior parte da renda pessoal, cujas respostas são apresentadas no gráfico 9.

Gráfico 9-despesas que consomem a maior parte da renda pessoal:



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Analisando os resultados apresentados, 42 respondentes (76,3%) afirmaram ter maiores gastos com as despesas fixas (gastos que não variam ou

variam muito pouco mensalmente). Além disso, pode-se afirmar que, de modo geral, 23,6% compromete uma parte da renda para pagar despesas variáveis e financiamentos.

Considerando os resultados anteriores, foi avaliado o percentual de renda que está direcionado para pagamentos dos gastos fixos, verifica-se que 61,82% dos respondentes direcionam entre 50% e 60% para estas despesas. Fortuna (2005), argumenta que “um terço da renda mensal deve ser engessado com gastos fixos; um terço, com gastos do cotidiano; e um terço deve ser poupado”. Ou seja, as pessoas deveriam gastar menos do que sua renda mensal, levando em consideração as altas taxas de juros cobradas no produto no brasileiro.

A última questão analisada foi em relação ao cartão de crédito, a maioria dos respondentes (60%) faz uso de cartões de crédito sem que tenham problemas gerados por esse instrumento facilitador de pagamentos. É importante destacar que 12,7% dos entrevistados alegam que nunca utilizam cartão de crédito. E que apenas 12,7% fazem uso, mas não tem uma boa gestão. E, com as respostas foi possível perceber que existe um equilíbrio entre os entrevistados em relação a frequência de utilização de cartão de crédito. Segundo Mendes-da-Silva, Nakamura e Moraes (2012) o crescimento acelerado do número de usuários de cartão de crédito, nos últimos anos, também é um fator que pode contribuir para o aumento dos níveis de endividamento.

Analisando a gestão do uso do Cartão de Crédito, 88,3% dos estudantes fazem uso próprio e pagam a fatura total. Nessa questão, apenas 3,6% fazem uso, mas não costumam pagar a fatura total. Para Lyons (2004, 2007) existe considerável preocupação por parte dos usuários quanto à sua capacidade de pagamento das suas obrigações assumidas. Este fator denota o nível de responsabilidade financeira, pois o usuário tem consciência que o mau gerenciamento do uso do cartão de crédito pode implicar em prováveis riscos como endividamento e inadimplência.

Outro aspecto relevante para análise é a preparação dos estudantes no uso de cartões de crédito sem comprometer o controle financeiro. Nesse contexto, 68% dos participantes afirmaram sentir-se preparados e utilizam cartões de crédito como meio de facilitar os pagamentos. Vale ressaltar que 18% dos entrevistados apontaram que suas dívidas decorrem das facilidades de crédito, enquanto 9%

optaram por não utilizar mais cartões de crédito devido aos gastos que ultrapassam sua capacidade de pagamento. Diante desse cenário, a pergunta central foi: "Você se sente preparado para usar cartões de crédito sem perder o controle de suas finanças?"

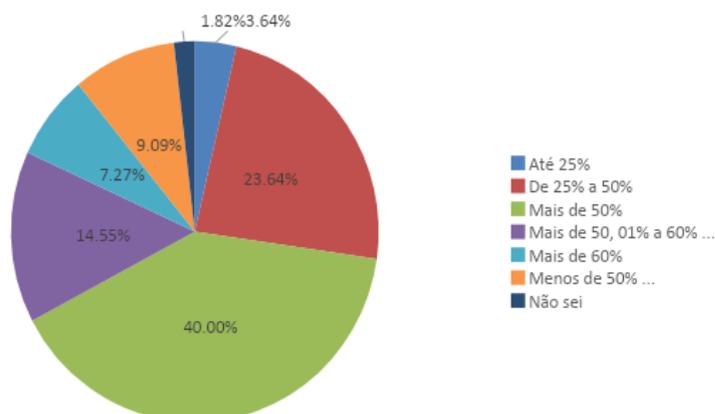
Nesse caso, praticamente 61,8% fazem uso de cartões de crédito para facilitar pagamentos e por outro lado menos de 18% declaram que as dívidas são consequência das facilidades de crédito. O que ressalta o estudo realizado por Mendes-da-Silva, Nakamura e Moraes (2012) com 769 estudantes de universidades públicas e privadas do estado de São Paulo. Na pesquisa, os usuários de cartão de crédito, em sua maioria, não apresentam comportamentos de risco de crédito, uma vez que não costumam utilizar o limite total disponibilizado, não costumam deixar de pagar o valor integral da fatura nem manter elevados níveis de dívida.

Ainda em relação ao uso do cartão de crédito, foi questionado a frequência com que realizam compras a prazo, 63,6% declaram realizar compras com uma frequência entre uma a duas vezes ao mês. Vale destacar que apenas 23,6% realizam compras entre três e mais de 4 vezes por mês. Quando questionados sobre as formas de pagamento das compras a prazo, 72,7% utilizam como forma de pagamento o cartão de crédito na modalidade parcelado.

De acordo com as respostas das questões, o cartão de crédito é o meio de pagamento mais utilizado nas compras a prazo. A predominância do cartão de crédito como forma de pagamento mais utilizada por estudantes universitários é reforçada pelos percentuais apresentados. (Ferreira *et al.*, 2015; Rossato; Pinto, 2020; Santos; Souza, 2014).

Analisando com um pouco mais de profundidade foi solicitado para que informassem o percentual da renda destinado a pagar as compras a prazo, cujas respostas são apresentadas no gráfico 10

Gráfico 10-percentual da renda destinado a pagar as compras a prazo:



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Segundo o gráfico 7, 65,4% dos estudantes têm entre 10% e mais de 50% da renda comprometida com prestações. Considerando que gastar mais de 30% da renda mensal com o pagamento do cartão aumenta a propensão de o indivíduo ter dificuldades para pagar integralmente suas contas (Lyons, 2004).

De modo geral, pode-se afirmar que os respondentes apresentam consistência no comportamento financeiro. Entretanto, em alguns casos, pode-se notar certa divergência nas respostas, situação que, de certa forma, é esperada, considerando-se o perfil dos pesquisados. Entretanto, vale destacar que o cartão de crédito é um instrumento financeiro consolidado entre os respondentes, motivo pelo qual é fundamental a disseminação de conceitos de educação financeira entre eles.

5.3. Consumo consciente

Na terceira parte desta pesquisa analisou-se a adesão dos alunos a comportamentos que qualificam o consumo consciente.

Assim como nos resultados já apresentados, foi possível constatar que mais de 80% dos respondentes declaram realizar compras conforme necessidade e planejamento. Alinhado a isto, outro aspecto avaliado foi em relação ao

planejamento das compras. Com base nos resultados, verifica-se que 80% dos entrevistados planejam sempre ou quase sempre as compras. Além disso, outro ponto importante a ser destacado é que 83,6% dos respondentes afirmam que antes de fazer uma compra, sempre ou quase sempre refletem sobre a necessidade de aquisição do bem.

Situação bem distinta ocorreu quando houve o questionamento a respeito da busca por alternativas à compra, como trocar, pegar emprestado ou alugar, nesse caso 80% declaram raramente ou nunca aderiram a essa opção. E, por outro lado, cerca de apenas 20% dos respondentes declararam quase sempre ou sempre aderir essa opção.

As motivações e atitudes no processo de compra e consumo revelam que o planejamento está enraizado na cultura do consumidor de baixa renda (Barros, 2007; Chauvel e Mattos, 2008). Isso talvez, esteja associado com a intenção de melhor otimizar seus gastos, posto que sua renda é limitada (Silva, Parente, e Kato, 2009). Inclusive, esses resultados sugerem que mesmo usando das fontes disponíveis para aquisição, existe um conhecimento dos processos cognitivos e emocionais que direcionam o comportamento de consumo para evitar a inadimplência (Muramatsu e Fonseca, 2005).

Constatou-se, ainda que, em relação ao comportamento de consumo, 89% dos estudantes alegaram nunca ou raramente terem sido estimulados a consumir ao ver amigos com coisas novas ou que estejam na moda. A intenção comportamental de compra expressada pelos respondentes delinea elementos associados ao consumidor responsável (Gupta e Acharya, 2019).

Por fim, buscou-se saber informações socioambientais, e neste foi observado que 65,4% dos estudantes estão dispostos a pagar um pouco mais por produtos e alimentos que estejam livres de elementos que prejudiquem o meio ambiente, mas a efetivação desta intenção está condicionada ao valor financeiro da compra. Contudo, provavelmente, puxada pela renda relativamente baixa dos respondentes.

Os resultados da pesquisa revelaram que a percepção dos consumidores sobre a importância da sustentabilidade ambiental não se reflete na sua escolha de produtos. De acordo com os dados, 30,9% dos entrevistados nunca consideraram a opção do produto menos prejudicial ao meio ambiente, 27,2%

raramente escolheram essa opção e 10,9% nunca escolheram. Enfatiza-se, ainda, que 69%, nunca convenceram amigos e familiares a abrirem mão da aquisição de produtos nocivos ao meio ambiente. Esse é um resultado importante, principalmente por considerar que conforme Mourão (2010), uma das características do consumidor consciente é a mobilização de outros consumidores para a prática do consumo consciente.

O conjunto de respostas permite inferir que a intenção dos pesquisados não se reflete, totalmente, na prática de seus hábitos de consumo. A discrepância entre as intenções e as ações do consumidor está, em grande medida, relacionada ao aspecto financeiro. Isso ocorre porque, em geral, os custos adicionais associados aos produtos ecológicos são superiores à disposição ou à capacidade de pagamento do consumidor. (Lira, 2018).

De modo geral, os estudantes entrevistados afirmaram estar preocupados e atentos às causas ambientais. Segundo eles, essas questões influenciam, em parte, suas intenções de compra. No entanto, com base nos resultados da pesquisa, não seria correto classificá-los como consumidores conscientes. Isso porque consumir com consciência é uma questão de cidadania, e o consumo de um grande número de pessoas, mesmo por um curto período de tempo, pode causar impactos negativos ao meio ambiente. (Coltro, 2006).

Tendo em vista as dissonâncias apresentadas entre o comportamento de compra delineado e as definições de consumo consciente propostas pelo Instituto Akatu (2010), o consumidor consciente busca o equilíbrio entre a sua satisfação pessoal e a sustentabilidade do planeta. Esse consumidor reflete a respeito de seus atos de consumo e sobre como eles irão repercutir não somente sobre si próprio, como também sobre as relações sociais, a economia e a natureza. O consumidor consciente também busca disseminar o conceito e a prática do consumo consciente, fazendo com que pequenos gestos de consumo realizados por um número muito grande de pessoas promovam grandes transformações.

5.4. ASSOCIAÇÃO ENTRE OS QUESITOS AVALIADOS

Após conhecer o perfil dos indivíduos, o nível de conhecimento em educação financeira, o comportamento financeiro dos participantes e o consumo consciente, foram realizadas análises adicionais de maneira a compreender a existência da relação entre as respostas obtidas. Para o fator do nível de conhecimento em educação financeira, foram encontradas relações relevantes com as variáveis gênero, situação profissional, faixa etária e renda.

Os resultados apresentados sugerem que não há uma distinção clara no nível de educação financeira entre as variáveis analisadas. Em relação ao gênero, observa-se que 55,5% dos homens e 56,7% das mulheres apresentaram o mesmo nível. Estes resultados apontam para um nível de educação financeira dos respondentes consideravelmente inferior ao identificado em diversos estudos publicados. Essas constatações assemelham-se aos achados da pesquisa conduzida por Oliveira *et al.* (2018), que indicou que os estudantes universitários brasileiros apresentam um conhecimento financeiro razoável.

Ao analisar a relação entre a situação profissional observa-se que 35,4% dos estudantes de regime CLT apresentam um nível baixo de conhecimento. Em contrapartida, 56,2% dos desempregados e estagiários possuem um nível entre 4 e 5. Tal resultado diverge do estudo de Oliveira *et al.* (2018), que demonstrou que estudantes universitários brasileiros que possuem trabalho fixo apresentam um nível de conhecimento sobre finanças significativamente maior do que os estudantes que não trabalham.

Considerando a faixa etária, os estudantes entre 20 a 26 anos, que predominam na pesquisa, 58,7% destes apresentam nível de conhecimento baixo. Não houve divergência entre as demais variáveis, sendo evidente que nenhuma das outras faixas etárias demonstrou frequência significativa em nível superior de conhecimento sobre educação financeira.

No que se refere à frequência de renda, mesmo que a faixa predominante dos estudantes seja entre R\$ 1.302,00 e R\$ 1.953,00, é notável que, quando classificados pelo nível de conhecimento, 54,5% dos estudantes com renda inferior a R\$ 1.302,00 (menos de 1 salário mínimo) possuem o mesmo nível de conhecimento, comparado às demais variáveis. Esse resultado sugere que o nível

de conhecimento sobre educação financeira não apresenta uma relação com a renda dos estudantes pesquisados.

A fim de compreender o comportamento dos estudantes em relação aos seus gastos como consumidores, constatou-se que a população analisada gasta a maior parte de suas rendas com diversos itens e em proporções distintas.

Desses, 76,6% destinam sua renda para despesas fixas (gastos que não variam ou variam muito pouco mensalmente), e 86,6% do público feminino possuem uma renda inferior a R\$ 1.302,00 (menos de um salário mínimo). Diante disso, deve ser destacado que entre os estudantes analisados (61,8%), mais de 60% da renda é destinada para pagamentos de gastos fixos. No que diz respeito aos gastos, 55,5% dos estudantes do sexo masculino declaram gastar menos do que ganham, ou seja, sobra dinheiro no final do mês, enquanto 48,6% do sexo feminino declaram gastar o mesmo que ganham, ou seja, não sobra dinheiro no final do mês.

Essa evidência reafirma o resultado encontrado onde, 92% dos estudantes não poupam dinheiro pois não sobra dinheiro. Entretanto, apenas 27% das mulheres só poupam menos que 20% ou o que sobra do pagamento das obrigações de forma a obter uma reserva para o futuro, porém quase nunca isso acontece.

Tendo como base os resultados apresentados, é divergente perceber que, mesmo que 80% dessas mulheres alegam planejar as compras, classificando-as como consumidoras que realizam compras conforme necessidade e planejamento e anotam seus gastos com uma frequência de pelo menos duas vezes ao mês, tendo assim um maior controle sobre suas finanças e refletindo sobre a necessidade de adquirir o bem. Além disso, 45,9% declaram que guardam seu dinheiro para despesas inesperadas em reserva de emergência, 16,22% na poupança e que 48,6% possuem algum tipo de investimento.

Constatou-se ainda que 62,5% das mulheres fazem uso do cartão de crédito para facilitar pagamentos, e que pagam a fatura total. E quando indagados se realizam compras a prazo, 54,5% afirma que fazem com frequência de uma a duas vezes ao mês.

Contrariamente ao que se esperava, os resultados divergem, pois, apesar de realizarem orçamento e planejamento financeiro, os estudantes apresentam

descontrole orçamentário, o que resulta em falta de dinheiro no fim do mês, ficando evidente que, 78,3% raramente/nunca procuram alternativas como trocar, pegar emprestado ou alugar ao invés de realizar uma compra. E como consequência, caso esses estudantes perdessem sua renda mais de 60% não conseguiriam manter seu padrão de vida por mais de dois meses, constatando assim, que, possivelmente existam inconsistências entre o que foi reportado e o comportamento dos entrevistados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs observar o perfil dos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil do curso de Administração frente ao conhecimento de Educação financeira e seus hábitos de consumo. Além disso, teve como objetivos específicos, verificar o nível de educação financeira dos discentes; ressaltar a importância da educação financeira para a gestão dos recursos próprios, incluindo os provenientes da Assistência Estudantil e avaliar a eficácia da educação financeira no que ela oferece, ou seja, no desenvolvimento do consumo consciente.

Almejando atingir os objetivos foi realizado um levantamento survey, com coleta de dados on-line, por meio de um questionário autoaplicável desenvolvido no Google Forms. As respostas do questionário foram usadas para delinear um perfil socioeconômico. Observou-se que a maioria dos discentes bolsistas que responderam a esta pesquisa são um público feminino (67%), que se enquadra na faixa etária entre 20 e 26 anos (54%), que possuem ocupação como empregados assalariados (34%), e que parcialmente têm uma renda maior que R\$ 1.302,00 e menor que R\$ 1.953,00 (49%) para se sustentarem.

Para verificar a educação financeira, foram explorados os padrões de avaliação do nível de conhecimento em educação financeira e o comportamento financeiro dos participantes. Sendo considerados alfabetizados financeiramente os estudantes que informaram ter conhecimento financeiro com níveis igual ou superior à 4. Relativamente apenas 29% dos estudantes afirmam ter conhecimento médio entre o nível 4 e 5. O que chama atenção entre o público feminino é que apenas 27% apresenta conhecimento entre os níveis consideráveis de conhecimento, este revela-se baixo, corroborando com as pesquisas de Chen e Volpe (1998) e Lusardi e Mitchel (2010), cujos universitários são do gênero feminino, classe social baixa, com idade inferior a 30 anos, e com pouca experiência profissional possuem menores níveis de alfabetização financeira.

No que se refere ao comportamento dos respondentes, percebeu-se que os estudantes gastam menos do que ganham, ou seja, sobra dinheiro no final do mês. Adicionalmente, chama a atenção o fato de que 41% dos respondentes gastam o mesmo que ganham, ou seja, não sobra dinheiro no final do mês demonstrando,

portanto, falta de controle do orçamento pessoal apesar de terem afirmado controlar periodicamente o dinheiro. Ao considerar como endividado, apenas 18,18%, declararam que esta seria uma situação recente, que nunca haviam passado, mas que se encontravam endividados, contudo, o endividamento declarado está, de certa forma, sob controle. Com relação ao principal destino da renda, 76,3% afirmaram ter maiores gastos com as despesas fixas (gastos que não variam ou variam muito pouco mensalmente).

Uma parcela significativa de estudantes não consegue poupar nenhum valor da renda mensal que obtém, e também não possuem reserva de emergência. Em relação a essa reserva, foi questionado quanto tempo seria possível manter o atual padrão de vida caso perdessem a renda, utilizando apenas as reservas. Os resultados foram alarmantes, pois 60% dos estudantes não teriam condições de manter o padrão de vida por mais que 2 meses.

Tal conclusão traz sérias implicações, pois ratifica a necessidade de desenvolvimento de programas ou ações voltadas para a disseminação de conhecimento básico sobre educação financeira. No contexto específico de estudantes beneficiários de bolsas, diversas estratégias podem ser adotadas com o intuito de fomentar a educação financeira, tais como a realização de workshops e palestras abordando temáticas pertinentes, a exemplo do orçamento pessoal, poupança, investimentos e uso responsável do crédito.

Além disso, a elaboração de materiais educativos específicos e o estabelecimento de parcerias colaborativas com instituições financeiras que podem proporcionar sessões de aconselhamento financeiro personalizado, atendendo às necessidades particulares dos estudantes bolsistas. Por fim, uma medida de relevância substancial consiste na integração de conteúdos relacionados à educação financeira na grade curricular dos cursos. Tal iniciativa asseguraria que os estudantes tenham acesso sistemático a conhecimentos fundamentais sobre educação financeira ao longo de sua formação acadêmica.

Essas ações, por meio de um esforço sistemático, poderiam melhorar o conhecimento financeiro dos indivíduos e, principalmente, suas habilidades financeiras de modo que possam tomar decisões informadas e usar os serviços financeiros de forma responsável.

Em um cenário de níveis excessivo de consumo e de estímulo ao uso do

crédito, destacam-se o comportamento mantido na hora de utilizar o cartão de crédito e o comportamento de consumo compulsivo. Nessa perspectiva, notou-se que 88,3% dos estudantes utilizam o cartão de crédito de forma responsável, pagando a fatura total. Isso indica que pessoas financeiramente alfabetizadas tendem a controlar e gerenciar melhor suas finanças, evitando o endividamento.

As intenções comportamentais de consumo dos respondentes deste estudo reúnem características associadas em relação aos comportamentos de compra. Em relação às informações socioambientais, ficou evidenciado que 65,4% dos estudantes estão dispostos a pagar um pouco mais por produtos e alimentos que seja livre de elementos que prejudiquem o meio ambiente, mas a efetivação desta intenção está condicionada ao valor financeiro relacionado à compra. Foi possível constatar que mais de 80% dos respondentes declaram realizar compras conforme necessidade e planejamento e que sempre ou quase sempre planejam as compras.

Contudo, não se pode categorizar a população como consumidores responsáveis, tendo em vista a existência de atitudes de consumo dissonantes do comportamento consciente definido pela literatura.

Portanto, os universitários preocupam-se em gerir os recursos, controlar, são cautelosos no uso do cartão de crédito, procuram não comprar por impulso. O comportamento mais insatisfatório foi demonstrado para o fator poupança, dado que os estudantes não apresentam hábitos de poupar mensalmente, mantendo uma reserva financeira para casos inesperados. O fato de os estudantes não terem desenvolvido esse hábito pode se explicar pelo estágio de vida dos mesmos e ainda pelo baixo nível de renda, que não permite a formação de uma reserva.

Como limitação deste estudo, é pertinente destacar que o questionário foi aplicado exclusivamente entre os bolsistas do curso de Administração, não sendo estendido para os alunos de outros cursos da instituição. Portanto, os resultados obtidos não podem ser generalizados para a totalidade dos estudantes nem para outros beneficiários de bolsas. Quanto à técnica de coleta de dados, a pesquisa do tipo *survey*, fundamentada em um questionário estruturado, apresenta a possibilidade de omissão de informações, o que pode acarretar desvios nos resultados do estudo.

Por fim, sugere-se que estudos futuros considerem a ampliação da

população, abrangendo os demais discentes de instituições de ensino público que também sejam beneficiários do Programa Bolsa Permanência. Isso se justifica pela semelhança nos perfis socioeconômicos entre esses estudantes e os respondentes desta pesquisa aqui apresentada.

Considerando os resultados obtidos, pode-se afirmar que este trabalho colabora com a discussão acadêmica, ao expandir o debate acerca da educação financeira de universitários bolsistas de instituições federais de ensino superior e suas correlações com os dados socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

AMADEU, João Ricardo et al. A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009.

ANDERLONI, Luisa; VANDONE, Daniela. Risk of over-indebtedness and behavioural factors. In: **Risk tolerance in financial decision making**. London: Palgrave Macmillan UK, 2011. p. 113-132.

ASSAF NETO, Alexandre. MERCADO FINANCEIRO. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012

ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. Measuring financial literacy: Results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study. 2012.

BARROS, Carla. Trocas, hierarquia e mediação: as dimensões culturais do consumo em um grupo de empregadas domésticas. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2007.

BARROS, Denise F.; COSTA, A. de M. Consumo consciente e resistência. Ética, sustentabilidade e sociedade: desafios da nossa era. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 175-192, 2009.

Base Legislação da Presidência da República - Decreto no 6.135 de 26 de junho de 2007. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6135&ano=2007&ato=9a1kXQU9ENRpWT39a>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Base Legislação da Presidência da República - Decreto no 7.234 de 19 de julho de 2010. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7234&ano=2010&ato=b10MzYU5EMVpWT28c>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Base Legislação da Presidência da República - Decreto no 7.397 de 22 de dezembro de 2010. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7397&ano=2010&ato=253MTV65EMVpWTb17>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

BECK, Ceres Grehs et al. Consumo Ambientalmente Consciente: os meus, os seus e os nossos interesses. 2010.

BERVIAN, P. A. CERVO. AL. SILVA, R. da. Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BEVERLY, Sondra G.; BURKHALTER, Emily K. Improving the financial literacy and practices of youths. **Children & Schools**, v. 27, n. 2, p. 121, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Estratégia Nacional de Educação Financeira: marco de referência.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013.

CAMPBELL, Colin. The craft consumer: Culture, craft and consumption in a postmodern society. *Journal of consumer culture*, v. 5, n. 1, p. 23-42, 2005.

CAMPOS, Adilson Rodrigues; KISTEMANN JUNIOR, Marco Aurélio. Planejamento financeiro: cada um deve ter o seu? In: *Anais do VII EMEM, 2015, São João del-Rei. VII EMEM.* São João del-Rei, 2015.

CASTANHO, Simone CONCEIÇÃO Ramos; SPERS, Eduardo Eugênio; FARAH, Osvaldo Elias. Custos e benefícios para o consumidor na ação da reciclagem. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 7, p. 78-98, 2020.

Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/%5bPT%5d%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>>.

CHAUVEL, Marie Agnes; MATTOS, Marina Pinto de Abreu Zornoff de. Consumidores de baixa renda: uma revisão dos achados de estudos feitos no Brasil. *Cadernos Ebape. br*, v. 6, p. 01-17, 2008.

CHEN, Haiyang; VOLPE, Ronald P. An analysis of personal financial literacy among college students. *Financial services review*, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

CHUPEL DOS SANTOS, CLAUDIA PRISCILA; MOSCON MARAFON, NELIZE. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. *Textos & Contextos*, v. 15, n. 2, 2016.

COLTRO, Alex. O comportamento do consumidor consciente como fonte de estímulos de mercado às ações institucionais socioambientais. Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração, Montpellier, 2006.

CRIDDLE, E. **Financial literacy: goals and values, not just numbers.** *Alliance34*, v. 4, 2006.

DA LUZ, Jefferson Oliveira Cristovão; DOS SANTOS, Marcio Eugen Klingenschmid Lopes; JUNGER, Alex Paubel. Educação financeira: um estudo de caso com jovens

do ensino médio na cidade de São Paulo. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 11, n. 3, p. 199-211, 2020.

DA SILVA BRITO, Lilian; BARBOSA, Alba. Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, p. 125-145, 2017.

DA SILVA, Hermes Moretti Ribeiro; PARENTE, Juracy Gomes; KATO, Heitor Takashi. Segmentação da baixa renda baseado no orçamento familiar. *Revista de Administração FACES Journal*, 2009.

DA, S.; OLIVEIRA, S.; STEIN, N. A Educação Financeira na Educação Básica: um novo desafio na formação de professores. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/1_a_educacao.pdf>.

DE LIRA, Fábio Teixeira. Fatores que influenciam a valorização de produtos ecológicos por consumidores ecologicamente conscientes. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 12, n. 2, p. 90-107, 2018.

DE OLIVEIRA, Daniela Camasso et al. Educação Financeira: um estudo sobre a relevância e conhecimento dos universitários. *Revista Gestão Empresarial-RGE*, v. 3, n. 2, p. 1-16, 2018.

DONADIO, Rosimara et al. Educação financeira de estudantes universitários: uma análise dos fatores de influência. 2014.

DOS SANTOS, Thiago; DE SOUZA, Maria José Barbosa. Fatores que influenciam o endividamento de consumidores jovens. *Revista Alcance*, v. 21, n. 1, p. 152-180, 2014.

FAJARDO, Elias. Consumo consciente, comércio justo: conhecimento e cidadania como fatores econômicos. Senac, 2010.

FERNANDES, Daniel; LYNCH JR, John G.; NETEMEYER, Richard G. Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. **Management science**, v. 60, n. 8, p. 1861-1883, 2014.

FERREIRA, Maria D.'Alva Macedo. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: mecanismos de acesso e permanência do estudante na UFPI. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, p. 579-592, 2018.

FERREIRA, Maria D.'Alva Macedo. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: mecanismos de acesso e permanência do estudante na UFPI. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, p. 579-592, 2018.

FERREIRA, Mariana Félix et al. EDUCAÇÃO FINANCEIRA, ACESSO AO CRÉDITO E O ENDIVIDAMENTO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU (MG). *Anais do Seminário Científico do UNIFACIG*, n. 1, 2015.

FONAPRACE; ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Brasília, DF: Andifes, 2018.

FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro. 16.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. O envelhecimento populacional e seu reflexo nas organizações: a importância da educação ao longo da vida. **Boletim Técnico do Senac**, v. 37, n. 2, p. 49-60, 2011.

FRANCO AUGUSTINIS, Viviane; DE SÁ MELLO DA COSTA, Alessandra; FRANCA BARROS, Denise. Uma análise crítica do discurso de educação financeira: por uma educação para além do capital. **Revista ADM. MADE**, v. 16, n. 3, p. 79-102, 2013.

FREYRE, Gilberto. O que é cultura? São Paulo: Editora Global, 1940, p. 14

GANS, Evelyn Bugno Schibelbain et al. A importância da educação financeira para a estabilidade econômica e independência financeira de pessoas de baixa renda. **Revista da FAE**, v. 1, p. 93-102, 2016.

GIGLIO, Ernesto M. O comportamento do consumidor. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GILLIGAN, Heidi Linn. **An examination of the financial literacy of California college students**. California State University, Long Beach, 2012.

Goldfarb, José Luiz. Estatística Aplicada. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2022.

GONÇALVES, Virgínia Nicolau; PONCHIO, Mateus Canniatti. Quem Pensa no Futuro Poupa Mais? O Papel Mediador do Conhecimento Financeiro na Relação entre Orientação para o Futuro e Segurança Financeira Pessoal. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 17, n. 4, p. 472-486, 2018.

GUPTA, Manish; ACHARYA, Anitha. Answering key questions on green consumption: A qualitative study among Indian youth. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, v. 24, n. 4, p. e1661, 2019.

HALFELD, Mauro. Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro. Fundamento, 2001.

HALFELD, Mauro. Seu dinheiro. 1.ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

HILL, Napoleon. **Quem pensa enriquece**. 1. ed. Fundamento, 2009.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. The trajectory of student assistance in Brazilian higher education. *Serviço Social & Sociedade*, n. 129, p. 285-303, 2017.

INFE. (2017). **O papel da educação financeira na promoção do desenvolvimento sustentável**. Paris: OCDE.

Instituto Akatu | Consumo consciente. Disponível em: <<https://akatu.org.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

JUNIOR, Jurandir Sell Macedo. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Elsevier, 2010.

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, p. 106, 2014.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de Marketing. 12 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOWALSKI, Aline Viero. Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012.

LAUREANO, Antonia Ilânia Rodrigues; MENDES, Daniel Paiva; MATTOS, Sergio Horta. Educação Financeira: Um estudo com os discentes do curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Expressão Católica**, v. 8, n. 2, p. 79-91, 2019.

LEAL, Sara Costa; DOS SANTOS, Dinah Vieira; DE SOUZA COSTA, Patrícia. Perfil de Educação Financeira dos Discentes de Graduação e Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior Brasileiras. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 11, n. 1, p. e11134-e11134, 2020.

LEITE, Maurício; DA SILVA, Tarcísio Pedro. Análise da educação financeira dos estudantes da educação de jovens e adultos. **Revista de Educação, Ciências e Mathematics**, v. 11, n. 2, p. 1-20, 2021. LEITE, Maurício; DA SILVA, Tarcísio Pedro. Análise da educação financeira dos estudantes da educação de jovens e adultos. **Revista de Educação, Ciências e Mathematics**, v. 11, n. 2, p. 1-20, 2021.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; FERREIRA, Liliane Caraciolo. Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. *Revista Meta: Avaliação*, v. 8, n. 22, p. 116-148, 2016.

LOPES, Andressa Videira et al. Alfabetização financeira dos alunos dos cursos de Administração de Empresas, Economia e Ciências Contábeis da FECAP. **Revista Liceu On-line**, v. 4, n. 5, p. 53-71, 2014.

LUCCI, Cintia Retz et al. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminário em Administração**, v. 9, 2006.

Lusardi, A. (2008) **Financial Literacy: An Essential Tool for Informed Consumer Choice? National Bureau of Economic Research, Working Paper no. 14084**. Recuperado de <http://www.nber.org/papers/w14084>

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. Financial literacy and retirement planning: New evidence from the Rand American Life Panel. **Michigan Retirement Research Center Research Paper No. WP**, v. 157, 2007.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S.; CURTO, Vilsa. **Financial literacy among the young**. *Journal of consumer affairs*, v. 44, n. 2, p. 358-380, 2010.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S.; CURTO, Vilsa. Financial literacy among the young. **Journal of consumer affairs**, v. 44, n. 2, p. 358-380, 2010.

LUSARDI, Annamaria; TUFANO, Peter. **Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness**. **Journal of Pension Economics & Finance**, v. 14, n. 4, p. 332-368, 2015.

LUSARDI, Annamaria; TUFANO, Peter. **Teach workers about the perils of debt**. 2009.

LYONS, Angela C. A profile of financially at- risk college students. *Journal of consumer affairs*, v. 38, n. 1, p. 56-80, 2004.

LYONS, Angela. Credit practices and financial education needs of Midwest college students. *Networks Financial Institute Working Paper*, n. 2007-WP, p. 23, 2007.

MANDELL, Lewis. **Financial literacy of high school students**. In: **Handbook of Consumer Finance Research**. New York, NY: Springer New York, 2008. p. 163-183.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. *Metodologia científica*. Editora: Pearson, São Paulo 2017.

MENDES-DA-SILVA, Wesley; NAKAMURA, Wilson Toshiro; MORAES, Daniel Carrasqueira de. Credit card risk behavior on college campuses: evidence from Brazil. *BAR-Brazilian Administration Review*, v. 9, p. 351-373, 2012.

MESSIAS, José Flávio; SILVA, José Ultemar; SILVA, Pedro Henrique Calderoni. Marketing, Crédito & Consumismo: Impactos sobre o endividamento precoce dos jovens Brasileiros. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 43-59, 2015.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Boitempo Editorial, 2015.

MOSER, Caroline ON. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World development**, v. 26, n. 1, p. 1-19, 1998.

MOTA, Maria José. *Psicologia Social e Saúde: Abordagens Interdisciplinares*. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2021.

MOURÃO, E. **GUIA DO CONSUMO CONSCIENTE**. 2010.

MURAMATSU, Roberta; HANOCH, Yaniv. Emotions as a mechanism for boundedly rational agents: The fast and frugal way. *Journal of Economic Psychology*, v. 26, n. 2, p. 201-221, 2005.

PESTANA, Pedro Augusto de Noronha; VELOSA, Marco Antonio Pereira. *Fundamentos da metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PIAZZA, MARCELO CIBIM. BEM-VINDO. À BOLSA DE VALORES: O GUIA PASSO A PASSO PARA VOCÊ FAZER SEU PRIMEIRO INVESTIMENTO PELA INTERNET. Saraiva Educação SA, 2010.

PINTO, Gisele. A política de permanência universitária sob o olhar dos estudantes: o caso da UFF. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, v. 8, n. 1, 2018.

Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/apresentacao>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

POLICARPO, Manoela Costa; AGUIAR, Edvan Cruz. Conservação Conspícua: O Papel do Desejo de Status na Compra Verde. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 15, p. e02258-e02258, 2021.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, p. 362-377, 2015.

REMUND, David L. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **Journal of consumer affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010.

ROBB, Cliff A. **College students and credit card use: The effect of personal financial knowledge on debt behavior**. University of Missouri-Columbia, 2007.

ROQUETTE, Inês; LAUREANO, Raul MS; BOTELHO, Maria. Conhecimento financeiro de estudantes universitários na vertente do crédito= Financial knowledge of credit among college students. *Tourism & Management Studies*, n. special issue, p. 129-139, 2014.

ROSSATO, Vanessa Piovesan; PINTO, Nelson Guilherme Machado. Comportamento financeiro do estudante: avaliação da propensão ao endividamento. *ForScience*, v. 7, n. 2, 2019.

ROY MORGAN RESEARCH. ANZ Survey of Adult Financial Literacy in Australia: Final Report May 2003. ANZ Banking Group, 2003.

SANTANA, Marcus Vinicius Sousa. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: Um estudo de caso. 2014. 103 f. 2014**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração)–Centro Universitário UMA, Belo Horizonte.

Santos, A. C., Moreira, M. C., & Silva, J. F. (2018). A importância do controle de orçamento para a saúde financeira dos estudantes universitários brasileiros. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 29(76), 1-12.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

Serasa. Mapa de inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC BRASIL). Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. São Paulo, SP: SPC Brasil, 2019

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Cortez editora, 2017.

SHIM, Soyeon et al. Socialização financeira de estudantes universitários do primeiro ano: os papéis dos pais, do trabalho e da educação. **Revista da juventude e adolescência** , v. 39, p. 1457-1470, 2010.

SILVA, Maria das Graças; ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. " Consumo consciente": o ecocapitalismo como ideologia. Revista Katálisis, v. 15, p. 95-111, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; DE POLÍTICAS, Avaliação; SOCIAIS, Programas. teoria e prática. **São Paulo: Veras Editora**, 2001.

SILVA, Minelle Enéas. Consumo sustentável na base da pirâmide: Definindo papéis e obrigações para a efetivação do desenvolvimento sustentável. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 5, n. 2, p. 18-33, 2011.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. 1998.

STEPHANI, Marcos. **Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno**. 2005. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

VIEIRA, Kelmara Mendes et al. Alfabetização financeira dos jovens universitários rio-grandenses. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 5, n. 1, p. 107-133, 2016.

VITT, L.; ANDERSON, C.; KENT, J.; LYTER, M.; SIEGENTHALER, K.; WARD, J. Personal Finance and the Rush to Competence: **Financial Literacy Education in the U.S. Institute for Socio-Financial Studies**, 2000, p. 1-17.

WERNKE, R. Considerações acerca de aspectos atuais do cotidiano financeiro de pessoas físicas e jurídicas. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 118, p. 65-71, 2004.

WILLIS, Lauren E. Evidências e ideologia na avaliação da eficácia da educação em alfabetização financeira. **San Diego L. Rev.** , v. 6, 2009.

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. **Revista Intersaberes**, v. 6, n. 11, p. 155-170, 201

APÊNDICE A – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE)

Prezado (a) entrevistado (a),

Este é um convite para você participar da pesquisa: Educação Financeira e Consumo: Uma análise do perfil de Educação Financeira e Consumo Consciente dos alunos beneficiários do programa de bolsa permanência do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa pretende observar o perfil dos estudantes beneficiários da assistência estudantil do curso de Administração frente ao conhecimento de educação financeira e seus hábitos de consumo.

A finalidade deste trabalho é: observar o nível de educação financeira dos discentes; ressaltar a importância da educação financeira para a gestão dos recursos próprios, incluindo os provenientes da assistência estudantil. Avaliar a eficácia da educação financeira no que ela oferece, ou seja, no desenvolvimento do consumo consciente.

O motivo que nos leva a fazer este estudo é devido à originalidade, importância e viabilidade do tema, uma vez que a mensuração do nível de educação financeira dos estudantes beneficiários da assistência estudantil irá auxiliar na busca de estratégias para suprir possíveis lacunas no conhecimento destes.

Caso decida participar, você deverá responder o questionário que está dividido em três partes: a primeira apresenta o perfil dos participantes dos grupos focais do ponto de vista socioeconômico; a segunda apresenta questões sobre a educação financeira dos participantes, verificando a capacidade do aluno em gerir o próprio dinheiro e; na terceira parte é abordado o nível de consumo consciente dos assistidos.

Destacamos que os questionários serão auto aplicados por meio eletrônico, utilizando a ferramenta Google Forms. Para responder o questionário, será necessário, no máximo, 15 minutos.

Durante a realização da pesquisa os riscos são mínimos e podem estar relacionados ao cansaço ou aborrecimento ao responder os questionários, e, em

último nível, a possível alteração na auto estima provocada pela evocação de memórias. Esses riscos poderão ser minimizados escolhendo um horário tranquilo para responder os questionários e ter em mente que esse os questionários, em momento algum, fará a identificação do respondente.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados que você irá nos fornecer não possuem qualquer tipo de identificação, são confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa Educação Financeira e consumo consciente, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Li e concordo com os termos apresentados no REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE) e desejo, voluntariamente, participar da pesquisa?

Sim Não

APÊNDICE B – QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO UTILIZADAS NESTE ESTUDO

Este questionário é referente à monografia desenvolvida no curso de Administração, e tem o intuito de analisar as práticas de Educação Financeira e Consumo Consciente dos alunos beneficiários do programa de bolsa permanência. Você deverá responder todas as perguntas do questionário que está dividido em três partes.

Para responder o questionário, será necessário no máximo 15 minutos do seu tempo.

A pesquisa é de autoria da acadêmica Grazielle Oliveira da Rocha, e as informações têm finalidade estritamente acadêmica. Os dados que você fornecerá não possuem qualquer tipo de identificação, são confidenciais e serão divulgados apenas em publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Perfil do Respondente

1. Faixa etária

- de 17 até 20 anos;
- de 20 até 23 anos;
- de 23 até 26 anos;
- de 26 até 29 anos;
- de 29 até 32 anos;
- de 32 até 35 anos;
- mais de 35 anos;

2. Informe o seu sexo

- Masculino

Feminino

3. Qual é a sua situação profissional?

- Estagiário(a)
- Regime CLT
- Desempregado
- Autônomo
- Nunca trabalhou
- Outros

4. Informe qual o período que você está cursando, a opção que consta em seu histórico atualmente.

- 1º Período;
- 2º Período;
- 3º Período;
- 4º Período;
- 5º Período;
- 6º Período;
- 7º Período;
- 8º Período;
- 9º Período;

5. Para se manter no curso de graduação, recebo a (as), seguinte bolsa de assistência estudantil:

- Moradia;
- Alimentação;
- Transporte;

6. Juntamente com a bolsa de assistência estudantil, qual a sua renda mensal atual?

- MENOR que R\$ 1.302,00 (menos de 1 SM - salário-mínimo)
- MAIOR que R\$ 1.302,00 e menor que R\$ 1.953,00 (mais de 1 SM e menos de 1,5 SM)
- MAIOR que R\$ 1.953,00 e menor que R\$ 2.424,00 (mais de 1,5 SM e menos de 2 SM)

MAIS R\$ 2.424,00 (MAIS 2 SM - salários-mínimos);

Coleta de dados sobre Educação financeira

7. Que nível de conhecimento você considera ter a respeito do assunto "Educação Financeira?"

1 2 3 4 5

Desconhece Expert

8. Com relação aos seus gastos? Você diria que:

- Gasto menos do que eu ganho, ou seja, sobra dinheiro no final do mês.
- Gasto o mesmo que ganho, ou seja, não sobra dinheiro no final do mês.
- Gasto mais do que eu ganho, ou seja, falta dinheiro no final do mês.

9. Quanto da sua renda você poupa mensalmente?

- Não poupo, pois não tenho sobras no orçamento.
- Muito pouco, menos que 20% ou o que sobra do pagamento das obrigações.
- Poupo no mínimo 20% da minha renda mensal.

10. De qual forma você guarda seu dinheiro para despesas inesperadas?

- Reserva de Emergência
- Poupança
- Ações
- Guarda em casa
- Investimentos
- Financeiros
- Outros

11. Você possui investimentos?

- Sim, possuo investimento em CDB ou LCI;
- Sim, possuo poupança;
- Sim, investido na bolsa de valores;
- Sim, possuo outros produtos financeiros;

12. Com qual frequência anota e controla os seus gastos pessoais? (ex.: planilha de receitas, despesas mensais, app financeiro).

- 1x por mês;
- 2x por mês;
- 3x por mês;
- 4x por mês (Toda semana);
- Mais de 4x por mês;
- Nunca;

13. Dentre as opções abaixo, escolha a que consome a MAIOR parte da sua renda pessoal:

- Despesas Fixas (gastos que não variam ou variam muito pouco mensalmente).
- Despesas Variáveis (lazer, vestuário, viagens, festas e eventos, etc).
- Financiamento e Prestações para aquisição de Bens.

14. De modo geral, qual percentual de sua renda está direcionado para pagamentos de gastos fixos? (Ex: Aluguel, combustível, alimentação, condomínio, luz, mensalidade de cursos, etc.)

- Até 25%;
- De 25% a 50%;
- Mais de 50%;
- Mais de 50, 01% a 60% () Mais de 60%
- Não sei

15. Você utiliza cartão de crédito?

- Sim, uso cartões de crédito sem problemas, pois facilita pagamentos;
- Sim, uso cartões de crédito, mas uso somente em casos de “emergências”;

- Sim, uso cartão de crédito, mas não tenho uma boa gestão do uso;
- Não utilizo cartão de crédito, pago tudo à vista;

16. Como é a sua gestão do uso do Cartão de Crédito?

- Não faço uso do cartão de crédito
- Faço mais uso próprio e pago a fatura total;
- Faço mais uso próprio, mas não costumo pagar a fatura total;

17. Você se sente preparado para usar cartões de crédito sem perder o controle de suas finanças?

- Sim, uso cartões de crédito para facilitar pagamentos.
- Sim, utilizo cartão de crédito para fazer uso de algumas vantagens (milhas, programas de pontos)
- Não, acho que minhas dívidas são consequência das facilidades de crédito
- Não utilizo mais, pois meus gastos eram acima do que eu poderia pagar.
- Não uso cartões de crédito, pago tudo à vista

18. Realiza compras a prazo com frequência? (Ou seja, adquiriu bens parcelados pelo menos uma vez por mês)

- Nunca
- 1x por mês,
- 2x por mês,
- 3x por mês,
- 4x por mês
- Mais de 4x por mês

19. Quando compra a prazo, uso?

- Cartão de crédito (parcela única);
- Cartão de crédito (parcelado);
- Crediário de loja (carnê ou promoção);
- Não compro a prazo;

20. Qual o percentual da sua renda é destinado para pagar suas compras a prazo?

- Não sei
- Até 10%;
- De 10,01% até 20%;
- De 20,01% até 30%;
- De 30,01% até 40%;
- De 40,01% até 50%;
- Mais de 50%

21. Você já passou ou está passando por uma situação de endividamento?

- Sim, infelizmente, é uma situação incoerente;
- Já passei e continuo em situação de endividamento;
- Sim, infelizmente é uma situação indecente;
- Nunca havia passado, mas atualmente encontro-me endividado;
- Sim, já passei por uma situação de endividamento, mas atualmente estou tranquilo;
- Nunca passei e não estou endividado atualmente;

22. Se a partir de hoje você perdesse sua renda, por quanto tempo você conseguiria manter seu atual padrão de vida somente com suas reservas?

- Não conseguiria manter meu padrão de vida nem por 2 meses;
- Manteria meu padrão de vida entre 2 e 6 meses;
- Manteria meu padrão de vida entre 6 e 12 meses;
- Conseguiria fazer tudo que faço por mais de 12 meses;

Coleta de dados sobre Consumo Consciente

23. Como você se “CLASSIFICA” como consumidor?

- Sempre compro por impulso e/ou sem necessidade;
- Realizo compras conforme minha necessidade e planejamento;

24. Em relação ao seu comportamento de consumo, com que frequência

você é estimulado a consumir ao ver amigos com coisas novas ou que estão na moda?

- Sempre
- Quase sempre
- Raramente
- Nunca

25. Costuma planejar as compras?

- Sempre
- Quase sempre
- Raramente
- Nunca

26. Antes de fazer uma compra, sempre reflete sobre a necessidade de adquirir o bem?

- Sempre
- Quase sempre
- Raramente
- Nunca

27. Procuro alternativas como trocar, pegar emprestado ou alugar ao invés de realizar uma compra?

- Sempre
- Quase sempre
- Raramente
- Nunca

28. Quando tenho que escolher entre dois produtos iguais, eu escolho sempre o que é menos prejudicial ao meio ambiente?

- Sempre
- Quase sempre
- Raramente

Nunca pensei a respeito

Nunca

29. Já convenci amigos e familiares a não comprarem produtos que prejudicam o meio ambiente?

Sim

Não

30. Está disposto a pagar um pouco mais por produtos e alimentos que estejam livres de elementos que prejudiquem o meio ambiente?

Sim

Não

APÊNDICE C – RELATÓRIO DE BOLSISTAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-
REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
DIVISÃO MULTIDISCIPLINAR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO DA PROAES
CÂMPUS: Instituto Três Rios
RELATÓRIO DE BOLSISTAS POR CURSO
CURSO: Administração (ITR)

Nª	Nome	Matrícula
1 -	ACUCENA SOUZA BARBOSA DA COSTA	20190010962
2 -	ALEX MAURICIO BARBOSA SOARES	20190036477
3 -	AMANDA SOUZA ALVES	2018630014
4 -	ANA BEATRIZ DOS ANJOS F. MARCOLINO	20190040907
5 -	ANA NELE MARCI ROCHA	20190040863
6 -	ANNE KELY GONÇALVES IGNACIO	20200043598
7 -	ANTONIO CAMILO DE FREITAS NETO	20190037859
8 -	ARIANE DE OLIVEIRA DA SILVA	2018630545
9 -	BRENDA DE SOUZA BRITO	20200011398
10 -	BRUNO DO ESPIRITO SANTO	20190038650
11 -	DAIANE DA SILVA LOPES	20200035961
12 -	DANRLEI DA SILVA MARINHO	2018630073
13 -	DEIVISON REIS GOUVEIA	20190041083
14 -	ELEZIARA DA SILVA BILAC	20200033822
15 -	ELISANDRA APARECIDA DA ROCHA	20190008928
16 -	FRANCIRLENE DE JESUS SILVA	20200043195
17 -	FRANCISCO VINICIUS O SILVA FERREIRA	20200009970
18 -	GRAZIELE OLIVEIRA DA ROCHA	20190037017
19 -	GUSTAVO AUGUSTO DE ASSIS SOUZA	2018630197
20 -	HERACLITO LOPES MARTINS	20200032988
21 -	JADER BENTO MAIA	2018630571
22 -	JALIANE HELENE IOTE MONTEIRO	20200037320
23 -	JESSICA MACHADO NEVES	2018630227
24 -	JOAO LUCAS VIEIRA DE MACEDO ROCHA	20210019282
25 -	JORDANA DE SOUZA CARVALHO	20200032683
26 -	JOYCE MARTINS BEZERRA SANTOS	20210003667
27 -	JULIA GALLUCCI VIEIRA	20200009353
28 -	JULIO CESAR LIMA DE BARROS	2018660460
29 -	KENNIA FERNANDA DUTRA GOMES	2017630533
30 -	LEONARDO DE FREITAS GALDINO	20210004539
31 -	LIDIANE VIEIRA DA SILVA	2018630316
32 -	LOREN DE AZEVEDO FRANÇA	2018630324
33 -	LORRAINE LANCINI CASTRO	20190038435
34 -	LUIZA CARVALHO DA SILVA	20190038730
35 -	MARIA VICTORIA SENRA DA S. M. VIEIRA	20200015459

36 - MARIANA MÍCIA BELISÁRIO	20200009371
37 - MARIANA SANTOS DA CONCEIÇÃO	2017630355
38 - PAOLA DOS SANTOS RIBEIRO	20200013196
39 - RAYANE DE OLIVEIRA ALVES	20190041000
40 - RENATA LEIJOTO AUGUSTA DA SILVA	2018630405
41 - RHAYANNE BALDUINO DE OLIVEIRA	2018630413
42 - RONIELE DOMINGOS RODRIGUES	20200014774
43 - SANDY CARVALHO FERNANDES	20200033626
44 - TAINA ASSUNÇÃO DUARTE DA SILVA	2018630431
45 - THAINARA MILANA DE SOUZA LEITE	2018630448
46 - THALITA DE JESUS MEDINA	2018630456
47 - THALITA SAMELA DE OLIVEIRA NAZARETH	20190036771
48 - VINÍCIUS PIRES FRUTUOSO	2018660592
49 - VITÓRIA DE FREITAS GALDINO	20210003765
50 - VIVANIA DUQUE DOS SANTOS	20190010908
51 - WESKLEY JOSÉ SANTOS MONTENEGRO	2018630480
52 - WILA PATRÍCIA DE OLIVEIRA SILVA	2018630529
53 - YASMIN BORDONI AQUINO	20190038453
54 - YASMIN PORTO GARCIA	2018630537
55- THALIA SANTIAGO LOPES	20200032048